
Comentários

Em 2004, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD foi implantada nas áreas rurais dos Estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá, alcançando a cobertura completa do Território Nacional. Nesse ano, as pessoas residentes nessas áreas rurais, que anteriormente não eram abrangidas pela pesquisa, representavam 1,9% da população do País e 23,9% da Região Norte. Tendo em vista a influência dessa parcela nos resultados obtidos para 2004 e 2005, as comparações em relação aos anos anteriores foram efetuadas considerando a cobertura geográfica do País que a PNAD alcançava até 2003.

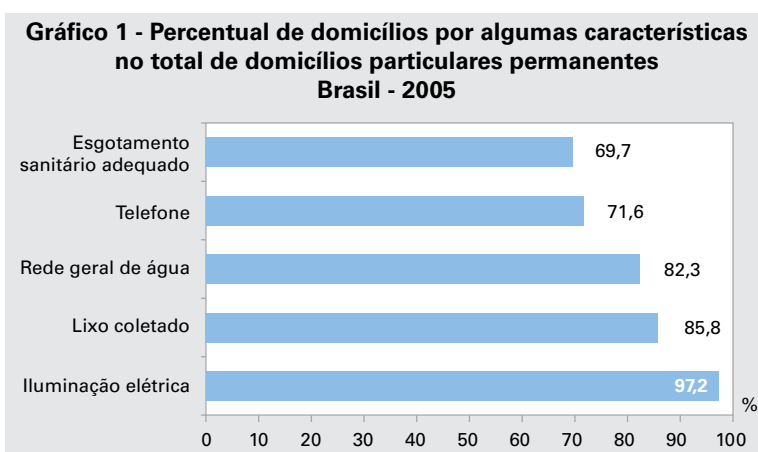
As informações ora apresentadas traçam um panorama da situação mais recente do País, em termos de seus aspectos socioeconômicos, e mostram, também, a sua evolução em um período mais longo.

Condições da habitação e posse de bens duráveis

Panorama recente

O atendimento das moradias por determinados serviços, a estrutura da habitação e a posse de alguns bens duráveis importantes na atualidade são fatores que contribuem para as condições de saúde, acesso à informação, facilidade de comunicação e conforto da população. Os indicadores referentes a essas características mostraram sensíveis diferenças regionais no País.

Em 2005, no total dos domicílios particulares permanentes do País, 82,3% eram atendidos por rede geral de água, 69,7% dispunham de esgotamento sanitário adequado, 85,8% contavam com coleta de lixo, 71,6% tinham telefone e em 97,2% havia iluminação elétrica. Todos esses indicadores apresentaram elevação de 2004 para 2005, sendo que o crescimento do número de moradias com telefone foi, destacadamente, o mais alto (12,3%). Essa expansão resultou, fundamentalmente, do incremento de 27,2% no número de domicílios em que havia linha móvel celular, uma vez que houve aumento insignificante (0,8%) no dos que possuíam linha fixa convencional. Em consequência, o percentual de moradias com linha fixa convencional diminuiu de 48,9% para 48,1%, enquanto o das que tinham linha móvel celular subiu de 47,8% para 59,3%. Assim, em 2005, o número de habitações com linha fixa convencional foi ultrapassado pelo das que tinham linha móvel celular. De 2004 para 2005, os incrementos nos números de habitações que tinham lixo coletado, esgotamento sanitário adequado e iluminação elétrica foram, respectivamente, de 3,7%, 3,6% e 2,9%. O menor crescimento foi no número de domicílios atendidos por rede geral de abastecimento de água (2,6%).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005.

O confronto regional mostrou que a Região Sudeste deteve os maiores percentuais de moradias que dispunham de iluminação elétrica, rede de abastecimento de água, rede coletora de esgoto, coleta de lixo e, também, em termos de esgotamento sanitário adequado (existente quando a instalação sanitária é ligada a rede coletora de esgoto ou a fossa séptica), enquanto a Região Sul superou as demais no que se refere à proporção de residências com telefone. A Região Norte apresentou os menores percentuais de habitações com iluminação elétrica (90,7%) e atendidas por rede geral de abastecimento de água (54,6%), sendo que este último resultado ficou bastante distanciado dos referentes às demais regiões. Ainda que a proporção de moradias atendidas por rede coletora de esgoto da Região Norte tenha sido destacadamente o menor (4,0%), em termos de esgotamento sanitário adequado alcançou 52,7%, superando os resultados das Regiões Nordeste (46,4%) e Centro-Oeste (44,6%). Os percentuais de residências em que havia telefone (49,5%) e atendidas por coleta de

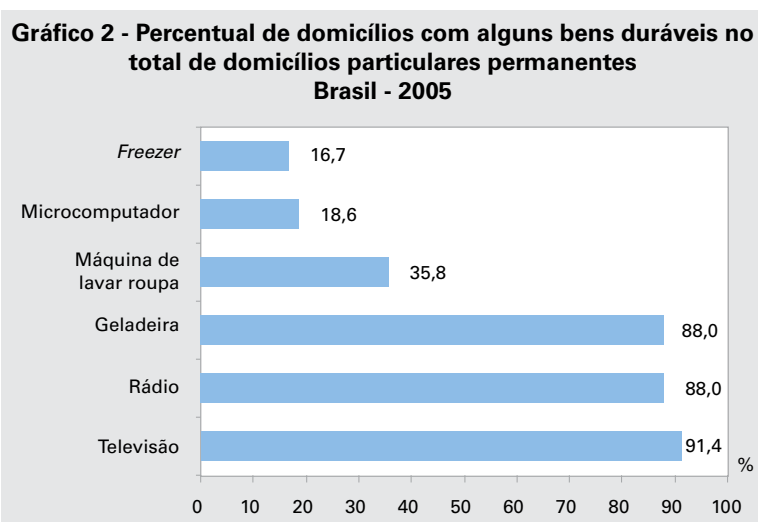
lixo (71,9%) da Região Nordeste foram inferiores aos das demais, ainda que, em relação a esta última característica, o resultado não tenha ficado distanciado daquele da Região Norte (73,7%).

No que concerne à estrutura dos domicílios, 2,4% das moradias do País eram rústicas, assim denominadas aquelas cujas paredes externas foram construídas com material classificado como não-durável, por não ser apropriado para edificação (madeira aproveitada de embalagens, taipa não revestida, adobe, palha, etc.), sendo que, em 2004, este percentual estava em 2,7%. Os resultados desse indicador referentes às Regiões Norte (6,0%) e Nordeste (5,6%) mantiveram-se muito mais elevados que os das demais, que ficaram em 1,2%, na Sul e na Centro-Oeste, e em 0,6%, na Sudeste.

No total das moradias do País, 88,0% tinham geladeira, 16,7% possuíam *freezer* e 35,8% contavam com máquina de lavar roupa. A televisão existia em 91,4% dos domicílios e o rádio em 88,0%, enquanto o microcomputador estava disponível em 18,6% das residências. Constatou-se, ainda, que em 13,7% dos domicílios havia microcomputador com acesso à Internet.

Com exceção do número de domicílios com *freezer*, os referentes aos demais bens duráveis investigados apresentaram crescimento relevante de 2004 para 2005. Enquanto o número de moradias com *freezer* permaneceu estável, o que reduziu a proporção de domicílios com este bem de 17,1% para 16,7%, de 2004 para 2005, o daqueles com geladeira aumentou em 3,2%. Esse aumento deveu-se, principalmente, à elevação de 15,4% no número de domicílios com geladeira de duas portas, uma vez a das moradias com geladeira de duas portas foi insignificante (0,5%). Em decorrência, o percentual de moradias com geladeira de duas portas ascendeu de 15,6% para 17,6%, enquanto o daquelas com geladeira de uma porta declinou de 71,8% para 70,4%.

O aumento no número de domicílios com microcomputador (16,4%) foi o mais acentuado, vindo em seguida o das habitações com máquina de lavar roupa (6,4%). Verificou-se, ainda, que o incremento no número de domicílios com televisão (3,7%) superou o daqueles com rádio (2,8%).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005.

A Região Sul deteve os maiores percentuais de domicílios com geladeira, rádio, máquina de lavar roupa e *freezer*, enquanto a Região Sudeste ficou com as mais elevadas proporções de moradias com televisão e microcomputador e, ainda, apresentou resultado muito próximo ao da Sul em relação à de geladeira. Cabe destacar que o percentual de domicílios com *freezer* da Região Sul manteve-se bastante distanciado dos referentes às demais. Os resultados da Região Centro-Oeste vieram em seguida aos dessas duas. A Região Norte deteve as mais baixas proporções de residências com rádio (74,0%) e televisão (81,9%) e a Região Nordeste os menores percentuais de moradias com geladeira (71,8%), *freezer* (6,5%) e máquina de lavar roupa (10,6%). Com referência aos domicílios com microcomputador, as proporções de moradias com este bem ficaram muito próximas nas Regiões Norte (8,0%) e Nordeste (7,8%).

Evolução temporal

(indicadores de 2004 e 2005 harmonizados com a cobertura geográfica existente até 2003)

Considerando-se a mesma cobertura geográfica existente anteriormente na PNAD para se avaliar as mudanças ocorridas em um período mais longo, verificou-se que os serviços de esgotamento sanitário, abastecimento de água, coleta de lixo, eletricidade e telefone continuaram ampliando a sua cobertura no País.

De 2001 para 2005, no total de domicílios particulares permanentes, a proporção de moradias que dispunham de esgotamento sanitário adequado cresceu de 66,8% para 70,4%. Essa elevação decorreu do incremento na proporção de habitações atendidas por rede coletora de esgoto, uma vez que o percentual das dotadas de fossa séptica não mudou de patamar nesse período (estava em 21,3%, em 2001, e ficou em 21,4%, em 2005). Por outro lado, a proporção das habitações atendidas por rede coletora de esgoto aumentou continuamente, mas ainda permaneceu como o serviço que apresentava a menor cobertura entre os pesquisados. Esse percentual subiu de 45,4% para 49,0%, de 2001 para 2005.

Quanto ao abastecimento de água, a proporção de moradias atendidas por rede geral passou de 81,1%, em 2001, para 83,4%, em 2005. Nesse mesmo período, o percentual de residências que contavam com serviço de coleta de lixo passou de 83,2% para 86,8%.

O serviço com maior abrangência continuou sendo o de iluminação elétrica. Em quatro anos o percentual de habitações sem iluminação elétrica caiu de 4,0%, para 2,3%.

De 2001 para 2005, no total de domicílios particulares, o percentual de residências com telefone foi o que apresentou a evolução mais acelerada, tendo subido de 58,9% para 72,4%. O aumento da oferta dos serviços de telefonia, fez com que o número de domicílios atendidos crescesse a taxas elevadas desde meados da década de 1990. Em 1995 esse indicador estava em 22,4%. De 2001, ano em que a PNAD passou a captar em separado as linhas móvel e fixa, até 2005, constatou-se forte expansão no número de domicílios em que havia linha móvel celular. Em conseqüência, o percentual de moradias com esse tipo de linha passou de 31,1% para 59,9%, nesse período. Ademais, a proporção de residências que contavam somente com linha móvel celular aumentou de 7,8% para 23,6% em quatro anos, o que pode ser um indicativo do uso desse tipo de linha, importante para a comu-

nicação fora da moradia, para suprir a falta da linha fixa ou como uma alternativa mais flexível de comunicação. Por outro lado, a proporção de moradias com linha fixa convencional, que alcançava 52,9%, em 2002, começou a apresentar retração a partir de 2003, tendo caído para 48,8%, em 2005.

Tabela 1 - Percentual de domicílios com telefone no total de domicílios particulares permanentes, por tipo de telefone - Brasil- 2001-2005

Ano	Percentual de domicílios com telefone no total de domicílios particulares permanentes (%)					
	Total	Tipo de telefone				Celular e fixo convencional
		Celular		Fixo convencional		
		Total	Somente celular	Total	Somente fixo convencional	
2001	58,9	31,1	7,8	51,1	27,9	23,2
2002	61,7	34,7	8,8	52,9	27,0	25,9
2003	62,0	38,6	11,2	50,8	23,4	27,4
2004	66,1	48,3	16,5	49,6	17,8	31,8
2005	72,4	59,9	23,6	48,8	12,5	36,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001-2005.

Nota: Exclusive os domicílios da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Na área urbana da Região Norte e na totalidade das demais Grandes Regiões foram observadas melhorias sensíveis na abrangência dos serviços de abastecimento de água, coleta de lixo, iluminação elétrica e telefonia, de 2001 para 2005.

Tabela 2 - Percentual de domicílios dotados de algumas características no total de domicílios particulares permanentes, por Grandes Regiões - 2001/2005

Ano	Percentual de domicílios dotados de algumas características no total de domicílios particulares permanentes (%)					
	Brasil (1)	Grandes Regiões				
		Norte urbana	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Rede geral de abastecimento de água						
2001	81,1	63,7	69,3	90,5	81,7	75,5
2005	83,4	67,0	73,9	91,5	84,0	78,2
Esgotamento sanitário adequado (rede coletora ou fossa séptica)						
2001	66,8	52,8	43,0	84,6	69,8	43,7
2005	70,4	62,7	46,4	87,0	76,6	44,6
Lixo coletado						
2001	83,2	85,3	66,3	92,3	84,5	84,4
2005	86,8	91,6	71,9	94,5	87,9	87,1
Iluminação elétrica						
2001	96,0	98,4	89,4	99,1	97,9	96,3
2005	97,7	99,1	93,5	99,4	99,0	98,3
Telefone						
2001	58,9	53,3	35,9	70,6	64,9	59,9
2005	72,4	64,8	49,5	81,2	83,9	78,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001/2005.

(1) Exclusive os domicílios da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

No que concerne à estrutura das habitações, constatou-se que a proporção de moradias rústicas manteve sentido de declínio. De 2001 para 2005, no total dos domicílios particulares permanentes, a proporção de habitações rústicas diminuiu de 3,1% para 2,2% e esta queda pode ser vista como um indicativo de melhoria na qualidade da estrutura das moradias.

De 2001 para 2005, a proporção de moradias com *freezer* manteve a trajetória descendente, passando 18,8% para 16,7%. Em contrapartida, a proporção de habitações com geladeira subiu de 85,1% para 88,6%. Cabe observar que, em quatro anos, a proporção de moradias com geladeira de duas portas ascendeu de 12,8% para 17,8%, enquanto a de residências com geladeira de uma porta, que estava em 72,3%, em 2001, atingiu 73,1%, em 2002, e passou a declinar a partir de 2003, situando-se em 70,9%, em 2005.

Tabela 3 - Percentual de domicílios com geladeira e de domicílios com *freezer* no total de domicílios particulares permanentes - Brasil - 2001-2005

Ano	Percentual de domicílios com geladeira no total de domicílios particulares permanentes (%)			Percentual de domicílios com <i>freezer</i> no total de domicílios particulares permanentes (%)
	Total	2 portas	1 porta	
2001	85,1	12,8	72,3	18,8
2002	86,7	13,6	73,1	18,5
2003	87,3	14,8	72,5	17,7
2004	88,1	15,8	72,3	17,2
2005	88,6	17,8	70,9	16,7

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001-2005.

Nota: Excluídos os domicílios da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

De 2001 para 2005, a proporção de moradias com máquina de lavar roupa manteve tendência ascendente, tendo subido de 33,7% para 36,2%.

Em 1999, devido ao crescimento no número de moradias com rádio ter sido menor que o do total de moradias, o percentual de domicílios em que havia este bem já mostrava retração em relação ao do ano anterior, mas ainda superava o de domicílios com televisão, que mantinha trajetória ascendente. Em 2001, o percentual de moradias com televisão ultrapassou o de habitações com rádio. A partir desse ano, a diferença entre o percentual de moradias com rádio e o das habitações dotadas de televisão foi aumentando gradualmente. De 2001 para 2005, o percentual de moradias com rádio passou de 88,0% para 88,4%, enquanto o de domicílios com televisão, por ter evoluído a taxas mais elevadas, ascendeu de 89,1% para 92,0%.

Em 2001, ano em que a PNAD passou a pesquisar a existência de microcomputador nas residências, constatou-se que 12,6% dos domicílios tinham este equipamento. Verificou-se, também, que em 8,6% dos domicílios havia microcomputador ligado à Internet. De 2001 até 2005, as taxas de crescimento das moradias com microcomputador foram muito superiores às constatadas para os demais bens duráveis investigados, fazendo com que a proporção desse bem alcançasse 18,8%, em 2005. Nesse ano, a proporção de domicílios com computador ligado à Internet, atingiu 13,9%.

Em 2005, a proporção de domicílios com *freezer* ficou abaixo daquela ocorrida em 2001 na área urbana da Região Norte e nas demais quatro Grandes Regiões completas.

Tabela 4 - Percentual de domicílios dotados de alguns bens duráveis no total de domicílios particulares permanentes, por Grandes Regiões - 2001/2005

Ano	Percentual de domicílios dotados de alguns bens duráveis no total de domicílios particulares permanentes (%)					
	Brasil (1)	Grandes Regiões				
		Norte urbana	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Geladeira						
2001	85,1	83,0	65,0	94,0	92,9	87,0
2005	88,6	86,3	71,8	95,5	95,7	92,3
Freezer						
2001	18,8	16,3	7,1	19,8	35,1	19,3
2005	16,7	14,1	6,5	16,7	33,1	18,4
Máquina de lavar roupa						
2001	33,7	26,0	9,3	44,0	48,9	28,1
2005	36,2	22,4	10,6	47,9	52,5	28,0
Rádio						
2001	88,0	75,5	81,0	92,3	93,4	83,8
2005	88,4	76,5	81,1	92,4	94,2	84,7
Televisão						
2001	89,1	88,2	78,4	94,4	92,3	88,5
2005	92,0	91,5	83,3	96,1	95,0	91,7
Microcomputador						
2001	12,6	6,7	5,2	17,3	13,9	10,6
2005	18,8	10,0	7,8	24,8	23,1	17,1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001/2005.

(1) Excluídos os domicílios da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Telefone móvel celular para uso pessoal e acesso à Internet

Panorama em 2005

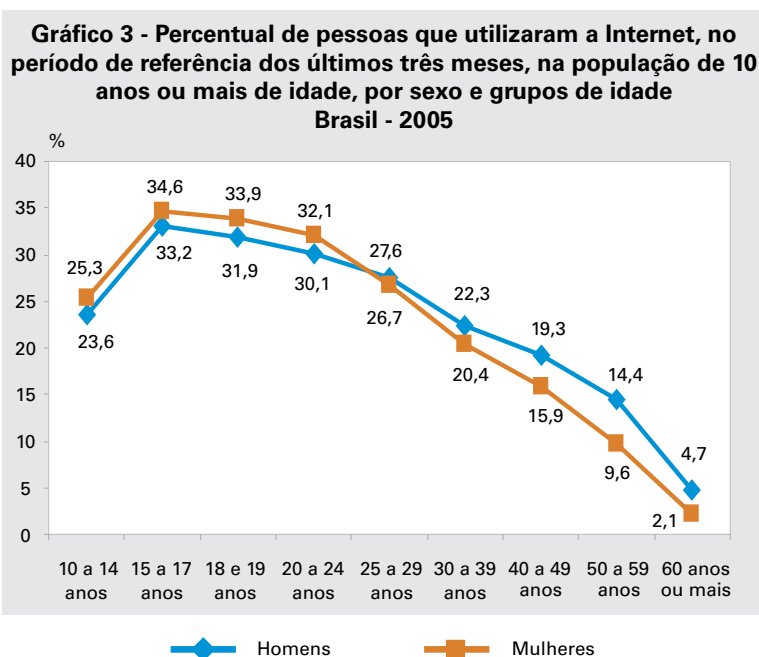
Em 2005, foi investigado, como tema suplementar, o acesso à Internet e, também, a posse de telefone móvel celular para uso pessoal. Essa pesquisa suplementar ampliou a investigação rotineira, que se restringe à captação da existência, na unidade domiciliar, de telefone móvel celular e de microcomputador ligado à Internet. Alguns resultados desse levantamento, que abrangeu a população de 10 anos ou mais de idade, estão sendo divulgados agora e, posteriormente, serão liberados os resultados completos dessa investigação.

No total da população de 10 anos ou mais de idade, verificou-se que 21,0% acessaram à Internet em algum local (domicílio, local de trabalho, escola, centro de acesso gratuito ou pago, domicílio de outras pessoas ou qualquer outro local), por meio de microcomputador, pelo menos uma vez, no período de referência dos últimos três meses, em 2005. Em termos regionais, constataram-se dois patamares distintos desse indicador. Os percentuais de pessoas que acessaram à Internet nas Regiões Norte e Nordeste foram

praticamente iguais (12,0% e 11,9%, respectivamente), situando-se em nível muito inferior aos das Regiões Sudeste (26,3%), Sul (25,6%) e Centro-Oeste (23,4%).

Em termos de gênero, o percentual de homens que acessaram à Internet na população masculina situou-se em 22,0%, um pouco acima do indicador referente ao contingente feminino (20,2%).

Considerando a população por idade, verificou-se que a utilização da Internet estava mais concentrada nos grupos etários mais jovens. No grupo de 15 a 17 anos de idade, 33,9% das pessoas acessaram à Internet, sendo este resultado maior do que nas demais faixas etárias. Esse percentual foi declinando com o aumento da faixa de idade, atingindo 3,3% no contingente de 60 anos ou mais de idade. A proporção de pessoas que acessaram à Internet no grupo etário de 10 a 14 anos (24,4%), ficou acima daqueles das idades a partir de 30 anos, tanto na parcela feminina como na masculina. Contatou-se ainda que, na faixa de 10 a 24 anos de idade, o percentual de pessoas que acessaram à Internet na população feminina foi maior que na masculina. A partir dos 25 anos de idade, o comportamento foi inverso.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005.

Quanto mais elevado era o nível de instrução, maior foi a proporção das pessoas que acessavam à Internet. Enquanto 2,5% das pessoas sem instrução ou com menos de 4 anos de estudo acessaram à Internet, no contingente com 15 anos ou mais de estudo este percentual alcançou 76,2%. Esse mesmo comportamento foi constatado em todas as Grandes Regiões e para ambos os gêneros.

Tabela 5 - Percentual de pessoas que utilizaram a Internet, no período de referência dos últimos 3 meses, na população de 10 anos ou mais de idade, por Grandes Regiões, segundo os grupos de anos de estudo - 2005

Grupos de anos de estudo	Percentual de pessoas que utilizaram a Internet, no período de referência dos últimos 3 meses, na população de 10 anos ou mais de idade (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total (1)	21,0	12,0	11,9	26,3	25,6	23,4
Sem instrução e menos de 4 anos	2,5	1,1	0,9	4,2	3,9	3,0
4 a 7 anos	10,1	5,8	6,6	12,3	11,2	11,7
8 a 10 anos	22,6	13,8	16,9	25,0	26,7	24,1
11 a 14 anos	42,8	29,8	33,0	45,9	49,4	45,8
15 anos ou mais	76,2	66,3	67,9	77,7	79,6	77,2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005.

(1) Inclusive as pessoas com anos de estudo não-determinados ou sem declaração.

A proporção de pessoas que acessaram à Internet também foi crescente com o aumento da faixa de rendimento mensal domiciliar *per capita*. Na faixa de sem rendimento até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo *per capita*, o percentual de pessoas que acessaram à Internet situou-se em 3,3% e alcançou 69,5% na de mais de 5 salários mínimos. Essa mesma evolução foi observada em todas as Grandes Regiões.

Tabela 6 - Percentual de pessoas que utilizaram a Internet, no período de referência dos últimos 3 meses, na população de 10 anos ou mais de idade, por Grandes Regiões, segundo as classes de rendimento mensal domiciliar *per capita* - 2005

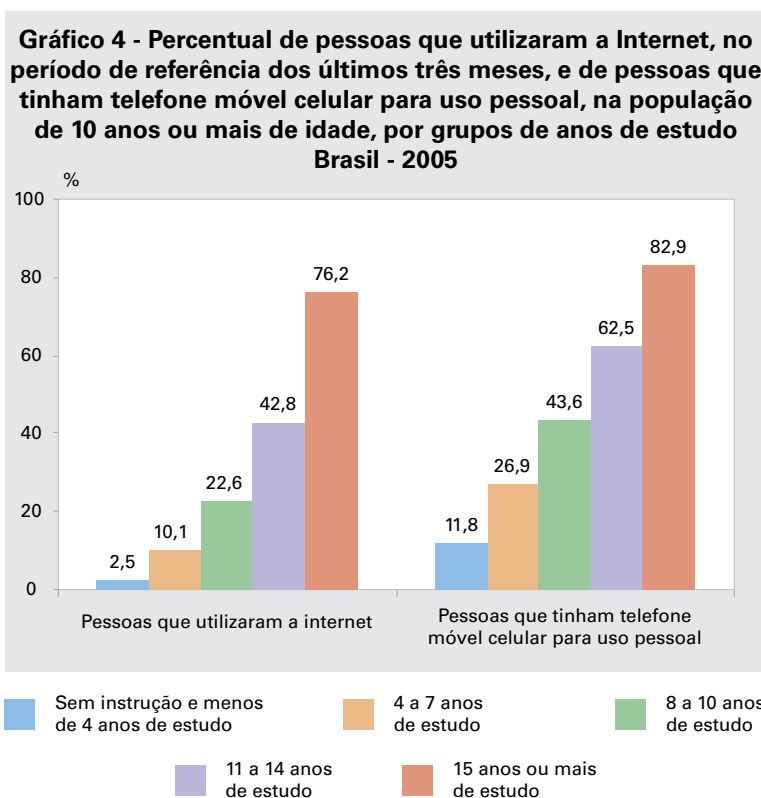
Classes de rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i>	Percentual de pessoas que utilizaram a Internet, no período de referência dos últimos 3 meses, na população de 10 anos ou mais de idade (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total (1)	21,0	12,0	11,9	26,3	25,6	23,3
Sem rendimento a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo (2)	3,3	1,5	2,1	6,5	5,6	6,2
Mais de $\frac{1}{4}$ a $\frac{1}{2}$ salário mínimo	6,0	3,6	4,7	8,0	7,3	6,4
Mais de $\frac{1}{2}$ a 1 salário mínimo	11,6	8,3	9,6	13,1	12,4	11,8
Mais de 1 a 2 salários mínimos	24,9	18,6	25,0	25,8	24,1	24,9
Mais de 2 a 3 salários mínimos	42,0	35,9	43,7	42,2	41,6	42,4
Mais de 3 a 5 salários mínimos	55,2	48,7	54,0	55,7	54,9	57,6
Mais de 5 salários mínimos	69,5	61,2	67,6	69,5	70,1	73,9

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005.

Nota: Excluídas as pessoas cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

(1) Inclusive as pessoas sem declaração de rendimento mensal domiciliar *per capita*. (2) Inclusive as pessoas moradoras em domicílios cujos componentes receberam somente em benefícios.

Em todos os níveis de instrução e classes de rendimento domiciliar *per capita*, a posse de telefone móvel celular para uso pessoal estava mais difundida na população do que a utilização da Internet.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005.

No total de pessoas de 10 anos ou mais de idade, 36,7% tinham telefone móvel celular para uso pessoal. Esse indicador situou-se em 38,2%, no contingente masculino, e 35,4%, no feminino.

No Brasil e em todas as Grandes Regiões, o percentual de pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal foi crescente com a elevação do nível de instrução e, também, com o aumento do rendimento domiciliar *per capita*, a exemplo do constatado na utilização da Internet.

No contingente de pessoas sem instrução ou com menos de 4 anos de estudo, 11,8% tinham telefone móvel celular para uso pessoal, enquanto no com 15 anos ou mais de estudo, este percentual atingiu 82,9%.

Tabela 7 - Percentual de pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal na população de 10 anos ou mais de idade, por Grandes Regiões, segundo os grupos de anos de estudo - 2005

Grupos de anos de estudo	Percentual de pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal na população de 10 anos ou mais de idade (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total (1)	36,7	26,8	23,8	41,0	47,6	47,5
Sem instrução e menos de 4 anos	11,8	8,6	6,7	13,8	20,6	22,2
4 a 7 anos	26,9	18,4	18,1	28,1	36,8	37,9
8 a 10 anos	43,6	33,9	34,5	43,9	54,4	54,6
11 a 14 anos	62,5	56,1	54,7	62,7	71,1	71,3
15 anos ou mais	82,9	79,6	80,0	83,0	83,8	86,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005.

(1) Inclusive as pessoas com anos de estudo não-determinados ou sem declaração.

No que concerne ao rendimento mensal domiciliar *per capita*, a proporção de pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal situou-se em 10,4%, na faixa de sem rendimento até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, e em 82,1%, na de mais de 5 salários mínimos.

Tabela 8 - Percentual de pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal na população de 10 anos ou mais de idade, por Grandes Regiões, segundo as classes de rendimento mensal domiciliar *per capita* - 2005

Classes de rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i>	Percentual de pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal na população de 10 anos ou mais de idade (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total (1)	36,7	26,8	23,7	40,9	47,6	47,4
Sem rendimento a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo (2)	10,4	7,4	6,9	16,0	19,8	22,4
Mais de $\frac{1}{4}$ a $\frac{1}{2}$ salário mínimo	18,6	14,6	14,3	20,6	28,2	29,5
Mais de $\frac{1}{2}$ a 1 salário mínimo	29,4	24,6	24,6	29,6	35,9	37,7
Mais de 1 a 2 salários mínimos	44,5	40,6	43,9	42,0	49,6	53,9
Mais de 2 a 3 salários mínimos	59,7	57,1	62,7	56,8	63,8	68,4
Mais de 3 a 5 salários mínimos	70,0	68,9	73,6	67,3	72,8	77,2
Mais de 5 salários mínimos	82,1	80,9	82,9	81,0	82,9	86,6

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005.

Nota: Excluídas as pessoas cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

(1) Inclusive as pessoas sem declaração de rendimento mensal domiciliar *per capita*. (2) Inclusive as pessoas moradoras em domicílios cujos componentes receberam somente em benefícios.

Composição e mobilidade populacional

Panorama recente

Em 2005, a taxa de fecundidade do País, estava em 2,1 nascimentos por mulher. A Região Norte apresentou a mais alta taxa (2,5), vindo, em seguida, a da Nordeste (2,3%). A menor taxa de fecundidade foi a da Região Sudeste (1,9) e as das Regiões Sul e Centro-Oeste foram iguais (2,0).

As estruturas etárias regionais retratam não só os efeitos diferenciados da evolução da fecundidade e da mortalidade, como, também, de distintos fluxos migratórios.

As Regiões Sudeste e Sul apresentaram as estruturas etárias mais envelhecidas e a Norte, a mais jovem. A Nordeste, refletindo seu nível de fecundidade, inferior apenas ao da Região Norte, deteve a segunda maior participação de crianças de menos de 5 anos de idade e, devido ao seu histórico processo de emigração, apresentou a terceira maior participação de idosos de 60 anos ou mais de idade.

No País, em 2005, o número de idosos de 60 anos ou mais de idade superava o de crianças de menos de 5 anos de idade em 24,2%. Em 2004, esse indicador estava em 17,9%.

Em 2005, nas Regiões Sudeste e Sul o número de pessoas de 60 anos ou mais de idade suplantava o de crianças de menos de 5 anos de idade em, respectivamente, 58,0% e 51,1%. Na Região Nordeste, os números desses dois contingentes ficaram próximos, mas o dos idosos de 60 anos ou mais de idade superou em 1,6% o de crianças de menos de 5 anos de idade, o que ocorreu pela primeira vez. Nas Regiões Centro-Oeste e Norte, as crianças de menos de 5 anos de idade ainda eram mais numerosas que os idosos. Entretanto, na Região Centro-Oeste os números desses dois contingentes não estavam muito afastados (para cada 1000 crianças de menos de 5 anos havia 950 pessoas de 60 anos ou mais de idade), enquanto na Região Norte ainda estavam bastante distanciados (para cada 1000 crianças do primeiro grupo etário havia 593 idosos de 60 anos ou mais de idade).

Tabela 9 - Percentual de pessoas de 0 a 4 anos de idade e de 60 anos ou mais de idade na população residente, segundo as Grandes Regiões - 2005

Grandes Regiões	Percentual de pessoas	
	De 0 a 4 anos de idade na população residente (%)	De 60 anos ou mais de idade na população residente (%)
Brasil	7,9	9,9
Norte	10,5	6,2
Nordeste	9,1	9,2
Sudeste	7,0	11,0
Sul	7,1	10,7
Centro-Oeste	8,2	7,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005.

A diferença entre as taxas de mortalidade por gênero evidencia-se no número maior de mulheres na composição da população.

Em 2005, no total da população do País, a parcela feminina superava a masculina em 5,2%, enquanto no grupo de pessoas de 60 anos ou mais de idade este percentual atingia a 28,0%.

O pequeno diferencial entre os nascimentos de meninos e meninas se reflete na composição da população por gênero. Como o número de nascimentos de meninos é um pouco maior que o de meninas, este fato se evidencia na composição da população por gênero nos primeiros grupos etários. Como consequência da taxa de mortalidade masculina ser maior que a feminina, o diferencial decorrente do maior número de nascimentos de meninos vai-se diluindo com o aumento das idades até que o número de mulheres passe a ultrapassar o de homens e continue ampliando a diferença. No País, em 2005, o número de homens superou o de mulheres até o grupo etário de 20 a 24 anos de idade. Como resultado da conjugação desses dois fatores (mortalidade e nascimento diferenciados por gênero), a parcela feminina representava 51,3%, no total da população do País, e alcançava 56,1%, no contingente de 60 anos ou mais de idade.

Em 2005, o número de mulheres superou o de homens em todas as regiões. A Região Norte foi a que apresentou menor distanciamento entre os números de mulheres e de homens, em decorrência da associação da sua estrutura etária mais jovem com a predominância masculina nas correntes migratórias recebidas. Nessa região, a proporção de mulheres no total da população ficou em 50,4%, mas no grupo de 60 anos ou mais idade situou-se em 51,2%, que foi mais baixo que os das demais regiões. O mais alto percentual de mulheres no grupo de idosos foi o da Região Sudeste (57,6%), vindo depois o da Sul (56,4%). Este indicador ficou em 55,0%, na Região Nordeste, e em 52,8%, na Centro-Oeste.

Em 2005, o número médio de pessoas por domicílio ficou em 3,5 no País. Os resultados das Regiões Norte (4,0) e Nordeste (3,8) foram os mais elevados e ficaram afastados dos referentes às demais (3,4 na Região Centro-Oeste, 3,3 na Sudeste e 3,2 na Sul). O número médio de pessoas por domicílio foi menor nas residências em que a pessoa de referência era do sexo feminino.

No total de domicílios, 10,8% tinham um único morador em 2005. Este indicador variou de 8,6%, na Região Norte, a 11,9%, na Região Sudeste.

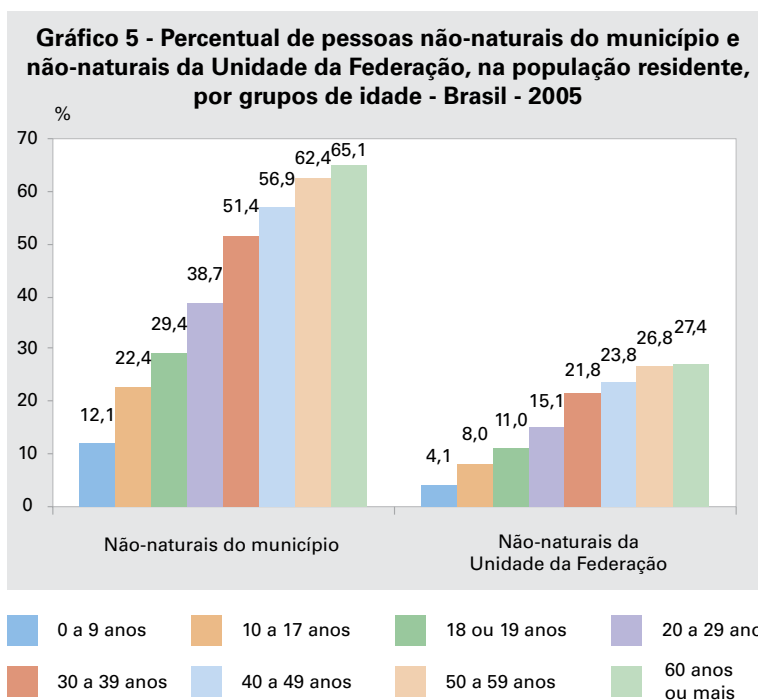
Em 2005, as pessoas brancas representavam 49,9% da população do País e as pardas, 43,2%. Em termos regionais, a composição por cor ou raça é bastante diferenciada. As pessoas brancas constituíam 58,5% da população da Região Sudeste, sendo esta proporção inferior apenas à da Região Sul (80,8%). As pessoas de cor parda predominavam nas Regiões Norte (71,5%), Nordeste (63,1%) e Centro-Oeste (49,9%).

Como resultado dos movimentos migratórios, em 2005, as pessoas não-naturais do município de residência representavam 40,2% da população do País e as não-naturais da Unidade da Federação de moradia, 16,3%. Em termos regionais, a composição da Região Nordeste mostrou os efeitos das saídas históricas de sua população em busca de condições de vida melhores em outras áreas do País, e as das Regiões Centro-Oeste e Norte, os reflexos das correntes migratórias que receberam

nas últimas décadas. A proporção de pessoas não-naturais da Unidade da Federação de residência ficou em apenas 7,9% na Região Nordeste, situou-se em 23,0% na Norte e atingiu 36,5% na Centro-Oeste.

Os migrantes apresentaram estrutura etária mais envelhecida em decorrência de as levas migratórias apresentarem maior concentração em pessoas adultas que se deslocam, principalmente, em busca de melhores oportunidades de trabalho. Com o aumento da faixa de idade, verificou-se progressivo crescimento na proporção de migrantes.

Em 2005, as pessoas de 18 a 59 anos de idade constituíam 55,1% na população de naturais da Unidade da Federação e 71,6% na de não-naturais. Em decorrência de sua mais elevada proporção de adultos jovens e de meia-idade, o nível da ocupação (percentual de pessoas ocupadas na população de 10 anos ou mais de idade) do contingente de migrantes superava o dos não-migrantes. O nível da ocupação situou-se em 56,2% para as pessoas naturais da Unidade da Federação de residência e alcançou 60,4% para as não-naturais.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005.

Evolução temporal

(indicadores de 2004 e 2005 harmonizados com a cobertura geográfica existente até 2003)

A seguir, para acompanhar a evolução dos indicadores, os resultados de 2004 e 2005 foram construídos considerando a cobertura geográfica abrangida pela pesquisa até 2003.

A transformação da estrutura etária do País de uma composição jovem para envelhecida, reflete os efeitos da redução da taxa de fecundidade, iniciada em mea-

dos da década de 60, e da queda da mortalidade. O efeito da evolução descendente da taxa de fecundidade pode ser constatado no estreitamento da base da estrutura etária. Em meados da década de 1980, o grupo de 0 a 4 anos de idade deixou de ser o maior e, em 1992, o grupo de 10 a 14 anos de idade superou as duas faixas quinquenais anteriores. Com o prosseguimento desse processo, em 1998 o grupo etário de 15 a 19 anos já se igualava ao anterior e, em 2001, suplantou nitidamente os três primeiros, mas a sua proporção na população já começava a diminuir. Em 2005, o grupo de 15 a 19 anos de idade ainda era o maior, mas o seu percentual na população continuou em queda, já se situando muito próximo ao do grupo etário de 20 a 24 anos. Esses cinco primeiros grupos etários representavam 58,2% da população em 1981 e, como resultado da redução progressiva no número médio de filhos tidos por mulher, abrangiam 52,8% em 1992, representavam 48,1% em 2001 e, quatro anos depois, 45,3%. No outro extremo da estrutura etária, o grupo de idosos de 60 anos ou mais de idade continuou aumentando, gradativamente, a sua participação na população. O percentual desses idosos na população era de 6,4%, em 1981, subiu para 7,9%, em 1992, foi para 9,0%, em 2001 e, quatro anos depois, alcançou 9,9%.

Tabela 10 - Percentual de pessoas de menos de 25 anos de idade na população residente, segundo os grupos de idade - Brasil - 1981/2005

Grupos de idade	Percentual de pessoas de menos de 25 anos de idade na população residente (%)					
	1981	1986	1992	1998	2001	2005
Total	58,2	56,1	52,8	49,5	48,1	45,3
0 a 4 anos	13,4	12,4	10,6	9,5	9,2	7,9
5 a 9 anos	12,4	12,5	11,5	9,8	9,5	9,1
10 a 14 anos	11,9	11,4	11,7	10,7	9,8	9,3
15 a 19 anos	11,4	10,3	10,1	10,7	10,3	9,6
20 a 24 anos	9,1	9,5	8,9	8,8	9,3	9,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1981/2005.

Nota: Exclui-se as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

A evolução do processo de envelhecimento da população também pode ser acompanhada por meio do indicador que relaciona o número de pessoas de 60 anos ou mais de idade para 100 crianças de menos de 5 anos de idade. Esse indicador estava em 48,3 em 1981, passou para 74,3 em 1992, atingiu 98,7 em 2001 e alcançou 126,4 em 2005. Em 2002, o número de idosos de 60 anos ou mais de idade já havia suplantado o de crianças de menos de 5 anos de idade.

O efeito da mortalidade diferenciada por gênero se torna mais evidente entre os idosos. Nesse contingente, o excedente feminino vem aumentando lentamente. Em 2001, o percentual de mulheres na população de pessoas de 60 anos ou mais de idade estava em 55,8% e, quatro anos depois, situava-se em 56,3%. Em 1981, esse indicador estava em 52,6%.

A parcela dos domicílios com um único morador também apresentou tendência ascendente. O percentual de domicílios com um único morador passou de 9,5% para 10,9%, de 2001 para 2005.

O número médio de pessoas por domicílio vem declinando lentamente. Esse indicador estava em 4,0 em 1992 e, de 2001 para 2005, passou de 3,6 para 3,5. Um dos fatores determinantes da tendência de queda deste indicador foi a progressiva diminuição no número médio de filhos por mulher.

Situação educacional

Panorama recente

O confronto dos resultados regionais mostrou as sensíveis diferenças regionais existentes na situação educacional do País.

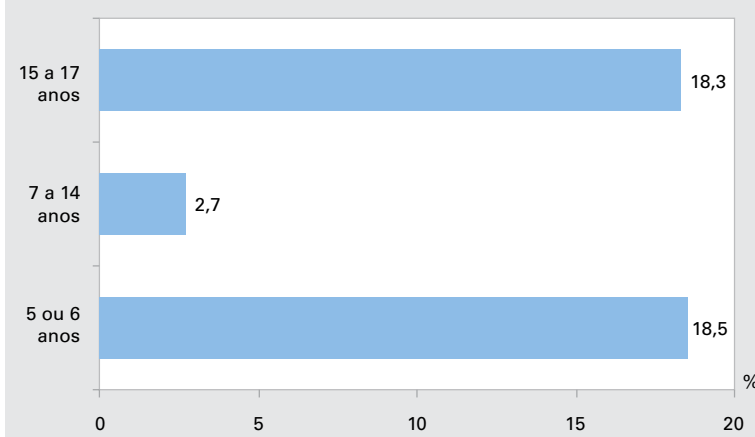
Em 2005, no contingente de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade, 8,8% não freqüentavam escola. Esse indicador variou de 7,1% na Região Sudeste a 12,0% na Norte.

As crianças que não freqüentavam escola representavam 18,5% no grupo etário de 5 ou 6 anos. Os resultados desse indicador para as Regiões Sudeste (14,9%) e Nordeste (14,6%) ficaram substancialmente abaixo dos referentes às demais (24,4% na Centro-Oeste, 26,7% na Sul e 28,7% na Norte).

No grupo de 7 a 14 anos de idade, que corresponde às idades em que a grande maioria das crianças deveria estar cursando o ensino fundamental, a parcela que não estava na escola era de 2,7%. O menor resultado desse indicador foi o da Região Sudeste (1,8%), vindo em seguida o da Região Sul (2,1%). No outro extremo, a Região Norte tinha fora da escola 4,3% do grupo etário de 7 a 14 anos e a Região Nordeste, 3,5%. Esse indicador da Região Centro-Oeste situou-se em 2,4%.

No grupo de 15 a 17 anos de idade, 18,3% não freqüentavam escola. A Região Sudeste (15,4%) apresentou o percentual mais baixo e a Norte (22,1%), o mais alto. Os resultados das demais regiões, também ficaram em patamar sensivelmente mais elevado que o da Sudeste (18,1% na Centro-Oeste, 19,3% na Sul e 20,7% na Nordeste).

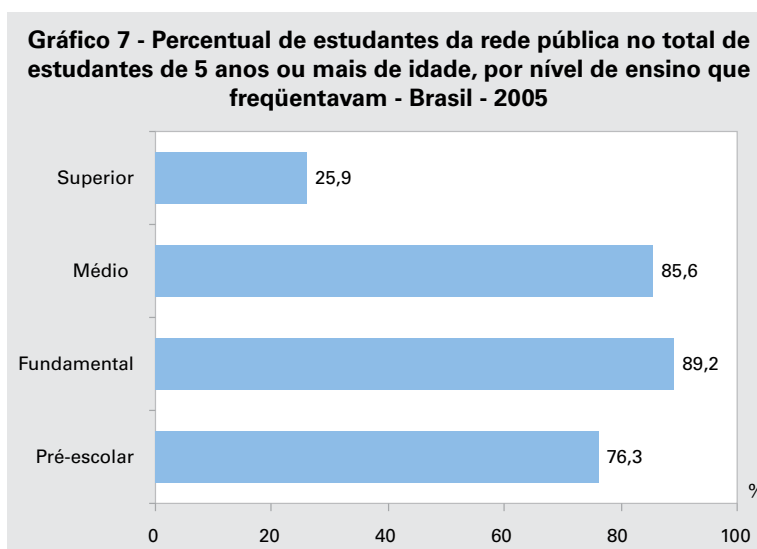
Gráfico 6 - Percentual de pessoas que não freqüentavam escola na população de 5 a 17 anos de idade, por grupos de idade Brasil - 2005



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005.

Em 2005, os níveis de escolarização dos dois gêneros já estavam próximos, mas os das mulheres ainda mantiveram-se um pouco mais elevados que os dos homens. No grupo de 5 a 17 anos de idade, o percentual de pessoas que não freqüentavam escola foi de 9,1% para os homens e 8,4% para as mulheres. Na faixa de 5 ou 6 anos de idade, o percentual de meninos fora da escola ficou em 18,8% e o de meninas, em 18,2%. No grupo etário de 7 a 14 anos de idade, este indicador estava em 2,9% para o contingente masculino e em 2,4% para o feminino. Para as pessoas 15 a 17 anos de idade, os resultados foram de 18,8% para homens e 17,8% para as mulheres.

A rede pública de ensino atendia à grande maioria dos estudantes de 5 anos ou mais de idade (80,8%), entretanto, a cobertura era nitidamente diferenciada em função do nível de ensino. Freqüentavam escola pública 25,9% dos estudantes do ensino superior, 85,6% do médio, 89,2% do fundamental e 76,3% do pré-escolar.



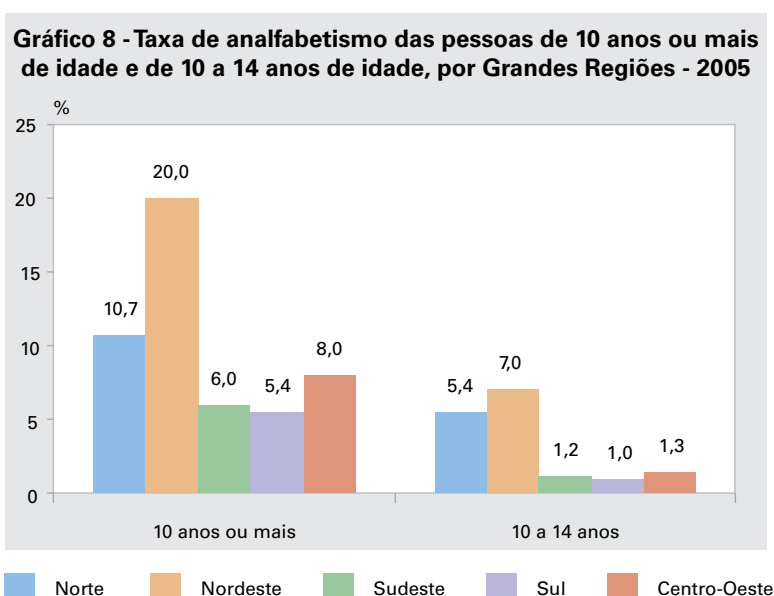
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005.

Em termos regionais, as maiores diferenças na proporção de estudantes em escola da rede pública ocorreram no ensino superior. Enquanto na Região Sudeste 18,4% dos estudantes do ensino superior freqüentavam escola pública, na Norte eram 45,1% e na Nordeste, 40,5%. Na Região Sul este indicador situou-se em 23,9% e na Centro-Oeste, em 27,9%. A Região Norte ainda apresentou a mais alta proporção de estudantes atendidos pela rede pública nos ensinos médio (89,8%) e fundamental (93,4%), enquanto a Região Sul deteve o maior percentual desse indicador no ensino pré-escolar (79,5%).

No contingente de crianças e adolescentes, verificou-se que o percentual de estudantes que freqüentavam escola da rede pública no grupo etário de 5 ou 6 anos (77,0%) foi substancialmente menor que nos de 7 a 14 anos (87,4%) e 15 a 17 anos (86,8%), refletindo a cobertura dos níveis de ensino em que a maioria dos componentes de cada um destes grupos etários se inseria.

A evolução da escolarização reflete-se no nível da taxa de analfabetismo da população.

No País, a taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais de idade, situou-se em 10,2% e a das pessoas de 15 anos ou mais de idade, em 11,1%. Na faixa etária de 10 a 14 anos de idade, em que se espera que a criança esteja pelo menos alfabetizada, a taxa de analfabetismo ficou em 3,4%. Esses indicadores apresentaram sensíveis diferenças regionais. As taxas de analfabetismo do contingente de 10 a 14 anos de idade das Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste ficaram abaixo de 1,4%, enquanto as das Regiões Norte e Nordeste, alcançaram, respectivamente, 5,4% e 7,0%. No contingente de 10 anos ou mais de idade, as diferenças regionais foram mais acentuadas, refletindo da evolução diferenciada dos níveis de escolarização regionais. Esse indicador variou de 5,4%, na Região Sul, a 20,0%, na Região Nordeste. A Região Norte deteve a segunda maior taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais de idade (10,7%), que foi quase a metade da constatada na Região Nordeste.

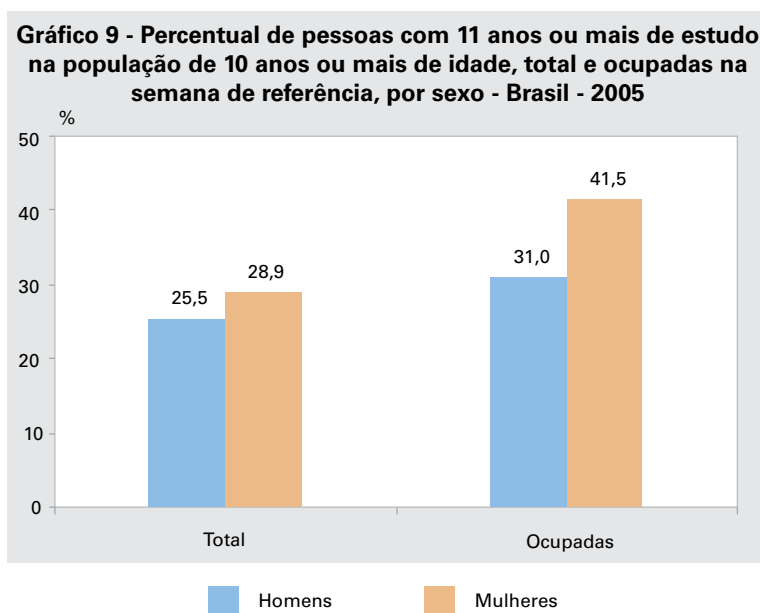


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005.

Em decorrência das diferenças nos níveis de escolarização dos dois gêneros ao longo do tempo, ainda havia distanciamento entre as taxas de analfabetismo dos meninos e das meninas de 10 a 14 anos de idade. Essa taxa foi de 4,6% para os meninos e 2,1% para as meninas. No contingente de 10 anos ou mais de idade, as taxas de analfabetismo masculina e feminina estavam mais próximas em decorrência de, nas idades mais avançadas, o analfabetismo feminino superar o masculino. Esse indicador foi de 10,5% para os homens e 9,9% para as mulheres. Nas Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, a influência do analfabetismo das mulheres mais idosas fez com que as taxas de analfabetismo feminino nas faixas etárias de 10 anos ou mais e de 15 anos ou mais ainda suplantassem as masculinas.

Em 2005, na população de 10 anos ou mais de idade, a proporção dos que alcançaram pelo menos 11 anos de estudo (ou seja, que concluíram pelo menos o ensino médio ou equivalente) ficou em 27,2%, sendo que, em 2004, estava em 26,0%. Refletindo a maior escolarização das mulheres, em 2005 esse indicador correspondente ao contingente feminino foi de 28,9%, situando-se 3,4 pontos

percentuais acima do referente à população masculina. Ademais, a disparidade entre o nível de instrução dos dois gêneros mostrou-se mais acentuada na população ocupada. No grupamento das mulheres ocupadas, 41,5% tinham 11 anos ou mais de estudo, ficando 10,5 pontos percentuais acima do indicador referente aos homens. Na população masculina, a diferença, em pontos percentuais, entre esse indicador do total da população de 10 anos ou mais de idade e o da ocupada foi de 5,5 enquanto na feminina alcançou 12,6. Essa diferença acentuada entre os resultados dos dois indicadores da população feminina, é um indicativo de que o interesse feminino em ingressar no mercado de trabalho aumenta com a elevação no nível de instrução.



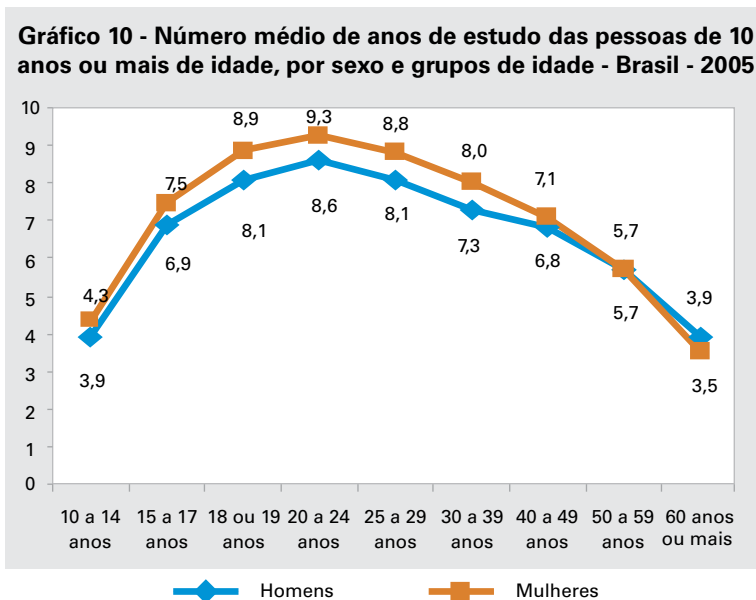
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005.

Outro indicador que possibilita mensurar o nível de instrução da população é o número médio de anos de estudo. Esse indicador referente ao total da população de 10 anos ou mais de idade (6,7 anos) foi menor que o da parcela das pessoas ocupadas (7,4 anos). Para a população 25 anos ou mais de idade (ou seja, aquela que seguindo o curso normal da escolarização já teria idade mais que suficiente para ter concluído o nível superior), o número médio de anos de estudo foi de 6,6 anos e para as pessoas ocupadas deste grupo etário, 7,2 anos. Comparando-se os resultados desse indicador por grupos de idade, verificou-se que o seu máximo encontrava-se no grupo de 20 a 24 anos de idade, tanto para o total como para os ocupados.

Tanto no total da população de 10 anos ou mais de idade como na população ocupada, o nível de instrução das mulheres, medido em número médio de anos de estudo, foi mais alto que o dos homens. Entretanto, a comparação por faixa etária permitiu ainda perceber que, nas idades mais elevadas, o nível de instrução dos homens era maior que o das mulheres, refletindo ainda os efeitos de uma época em que a educação feminina era menos valorizada.

O nível de instrução da Região Nordeste situou-se em patamar mais baixo que o das demais, sendo o da Região Sudeste o mais elevado. O número médio de anos

de estudo da população de 10 anos ou mais de idade foi de 5,4 anos, na Região Nordeste, e de 7,4 anos, na Sudeste. Também na parcela da população ocupada, o nível de instrução da Região Sudeste (8,4 anos) manteve-se na liderança e o da Nordeste foi o menor (5,7 anos).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005.

Evolução temporal

(indicadores de 2004 e 2005 harmonizados com a cobertura geográfica existente até 2003)

A evolução dos indicadores, considerando os resultados de 2004 e de 2005 com a mesma cobertura geográfica abrangida anteriormente pela PNAD, mostrou a evolução na situação educacional do País.

Considerando as faixas de idade em que as crianças e adolescentes deveriam estar cursando o ensino pré-escolar, o fundamental e o médio, verificou-se que a parcela que não freqüentava escola no grupo de 5 ou 6 anos de idade diminuiu de 36,2% para 23,8%, de 1995 para 2001, e atingiu 17,8%, em 2005. Na faixa etária de 7 a 14 anos, o contingente que não freqüentava escola representou 9,8%, em 1995, 3,5%, em 2001, e 2,6%, em 2005, e na de 15 a 17 anos, esses percentuais foram 33,4%, 18,9% e 18,0%, respectivamente.

A inserção das crianças e adolescentes de 5 a 14 anos de idade na população estudantil apresentou sentido de crescimento em todas as regiões. Na faixa de 15 a 17 anos de idade, o percentual destes adolescentes que não freqüentavam escola em 2005 ficou abaixo daquele de 2001 em todas as regiões, embora na Nordeste tenham ficado praticamente iguais (20,8%, em 2001, e 20,7%, em 2005).

O aumento da escolarização das crianças e adolescentes vem contribuindo para a redução do analfabetismo e elevação do nível de instrução da população.

Tabela 11 - Percentual de pessoas que não freqüentavam escola na população de 5 a 17 anos de idade, por Grandes Regiões e grupos de idade - 1995/2005

Ano	Percentual de pessoas que não freqüentavam escola na população de 5 a 17 anos de idade (%)					
	Brasil (1)	Grandes Regiões				
		Norte urbana	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
5 ou 6 anos						
1995	36,2	32,6	35,5	33,8	42,9	40,9
2001	23,8	27,3	20,5	20,4	34,1	32,6
2005	17,8	22,6	14,6	14,9	26,7	24,4
7 a 14 anos						
1995	9,8	8,1	15,0	6,4	8,3	8,3
2001	3,5	4,7	4,8	2,6	3,0	2,9
2005	2,6	3,4	3,5	1,8	2,1	2,4
15 a 17 anos						
1995	33,4	25,1	36,7	29,5	40,3	33,8
2001	18,9	19,8	20,8	16,4	21,1	19,8
2005	18,0	18,7	20,7	15,4	19,3	18,1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1995/2005.

(1) Exclusive as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

A taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais de idade caiu de 14,7% para 11,4%, de 1995 para 2001, e situou-se em 10,1%, em 2005. Na faixa etária de 10 a 14 anos de idade, em que se espera que a criança esteja pelo menos alfabetizada, a taxa de analfabetismo baixou de 9,9%, em 1995, para 4,2%, em 2001, e ficou em 3,2%, em 2005. No Nordeste, esse indicador estava em 23,9%, em 1995, e decresceu de 9,5%, em 2001, para 7,0%, em 2005. Apesar desse avanço, esse último resultado ainda ficou muito distanciado do patamar alcançado nas Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

Tabela 12 - Taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por Grandes Regiões e grupos de idade - 1995/2005

Ano	Taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais de idade (%)					
	Brasil (1)	Grandes Regiões				
		Norte urbana	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total						
1995	14,7	11,5	29,4	8,4	8,2	12,0
2001	11,4	9,7	22,2	6,8	6,4	9,2
2005	10,1	8,2	20,0	6,0	5,4	8,0
10 a 14 anos						
1995	9,9	7,4	23,9	2,4	1,9	4,6
2001	4,2	4,4	9,5	1,2	1,2	1,9
2005	3,2	3,1	7,0	1,2	1,0	1,3
15 anos ou mais						
1995	15,5	12,4	30,5	9,3	9,1	13,3
2001	12,3	10,6	24,2	7,5	7,1	10,2
2005	10,9	9,0	21,9	6,6	5,9	8,9

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1995/2005.

Nota: Exclusive as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Em decorrência das diferenças nos níveis de escolarização dos dois gêneros ao longo dos anos, ainda havia, em 2005, nítido distanciamento entre as taxas de analfabetismo dos meninos e das meninas de 10 a 14 anos de idade, embora ambas tenham apresentado tendência de declínio em quatro anos. No contingente de 10 anos ou mais de idade, as taxas de analfabetismo masculina e feminina estavam próximas em decorrência de, nas idades mais avançadas, o analfabetismo feminino ser maior que o masculino.

Em 1995, no grupo etário de 10 a 14 anos de idade, a taxa de analfabetismo do contingente masculino estava em 12,4% e do feminino em 7,3%. De 2001 para 2005, essa taxa passou de 5,3% para 4,3%, para os homens, e de 3,1% para 1,9%, para as mulheres.

A contínua elevação do nível da instrução da população pode ser acompanhada pela evolução da proporção de pessoas com 10 anos ou mais de idade com 11 anos ou mais de estudo, ou seja, que concluíram pelo menos o ensino médio ou grau equivalente. Esse indicador passou de 15,5%, em 1995, para 21,7%, em 2001, e alcançou 27,6%, em 2005. Na parcela da população ocupada, o nível de instrução permaneceu mais alto, tendo o contingente que concluiu o ensino médio ou equivalente crescido de 20,4%, em 1995, para 28,9%, em 2001, e atingiu 35,9%, em 2005.

Ainda que os resultados desse indicador tenham apresentado crescimento tanto para a população masculina como para a feminina, perduraram as diferenças, refletindo a maior escolarização das mulheres.

Tabela 13 - Percentual de pessoas com 11 anos ou mais de estudo na população de 10 anos ou mais de idade, total e ocupadas na semana de referência, por sexo - Brasil - 1995/2005

Ano	Percentual de pessoas com 11 anos ou mais de estudo na população de 10 anos ou mais de idade					
	Total	Homens	Mulheres	Ocupadas na semana de referência		
				Total	Homens	Mulheres
1995	15,5	14,4	16,4	20,4	17,3	24,9
2001	21,7	20,1	23,2	28,9	24,6	35,1
2005	27,6	25,8	29,2	35,9	31,5	42,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1995/2005.

Nota: Exclusive as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

A evolução do número médio de anos de estudo também mostrou o crescimento no nível de instrução da população. No contingente de 25 anos ou mais de idade, o número médio de anos de estudo estava em 5,3 anos, em 1995, e passou de 6,0 anos para 6,6 anos, de 2001 para 2005. Na população ocupada este indicador subiu de 5,8 anos para 6,6 anos, de 1995 para 2001, e atingiu 7,3 anos, em 2005. O número médio de anos de estudo também mostrou o diferencial por gênero, pois o das mulheres manteve-se mais elevado que o dos homens.

Tabela 14 - Número médio de anos de estudo das pessoas de 10 anos ou mais de idade, total e ocupadas na semana de referência, por sexo e grupos de idade - Brasil - 1995/2005

Ano	Número médio de anos de estudo das pessoas de 10 anos ou mais de idade					
	Total	Homens	Mulheres	Ocupadas na semana de referência		
				Total	Homens	Mulheres
Total						
1995	5,2	5,0	5,3	5,7	5,4	6,1
2001	6,1	6,0	6,3	6,8	6,4	7,4
2005	6,7	6,6	6,9	7,5	7,1	8,0
20 a 24 anos						
1995	6,7	6,3	7,1	6,7	6,2	7,5
2001	8,0	7,6	8,4	8,1	7,5	9,1
2005	9,0	8,6	9,3	9,1	8,6	9,9
25 anos ou mais						
1995	5,3	5,3	5,2	5,8	5,5	6,1
2001	6,0	6,0	6,1	6,6	6,3	7,2
2005	6,6	6,5	6,7	7,3	6,9	7,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1995/2005.

Nota: Excluídas as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Situação do mercado de trabalho

Panorama recente

No País, o nível da ocupação das pessoas de 10 anos ou mais de idade (percentual de pessoas ocupadas na população de 10 anos ou mais de idade) passou de 56,5% para 57,0%, de 2004 para 2005. O número de pessoas ocupadas apresentou crescimento expressivo (2,9%), superando o do total de pessoas de 10 anos ou mais de idade (2,0%). Em números absolutos, de 2004 para 2005, a população ocupada aumentou perto de 2,5 milhões pessoas, das quais 52% eram mulheres. Essa maior participação feminina no acréscimo da população ocupada mostrou a continuação do processo de inserção cada vez maior das mulheres no mercado de trabalho.

De 2004 para 2005, o nível da ocupação feminina subiu de 45,6% para 46,4%, enquanto o da masculina não apresentou crescimento significativo, passando de 68,2% para 68,3%. A população ocupada feminina teve aumento de 3,7% e a masculina, de 2,4%.

De 2004 para 2005, a região que apresentou a maior taxa de crescimento da população ocupada foi a Sudeste (3,9%), vindo em seguida a da Nordeste (3,4%). A Região Sul apresentou variação insignificante (0,7%), enquanto os crescimentos observados nas Regiões Centro-Oeste (1,7%) e Norte (2,3%) não foram elevados. A variação no número de pessoas ocupadas foi inferior a do total da população de 10 anos ou mais de idade nas Regiões Norte (2,5%), Sul (1,3%) e Centro-Oeste (2,6%).

Embora tenha passado de 62,8% para 62,4%, de 2004 para 2005, o nível de ocupação da Região Sul continuou em patamar mais alto que os das demais. Esse indicador da Região Sudeste subiu de 54,5% para 55,4%, mas continuou sendo o menor.

A taxa de desocupação passou de 8,9%, em 2004, para 9,3%, em 2005. Este mesmo movimento foi observado nos indicadores dos dois gêneros, sendo que a da população feminina permaneceu mais elevada que a da masculina, o que é mais um indicativo da forte pressão das mulheres para ingressar no mercado de trabalho.

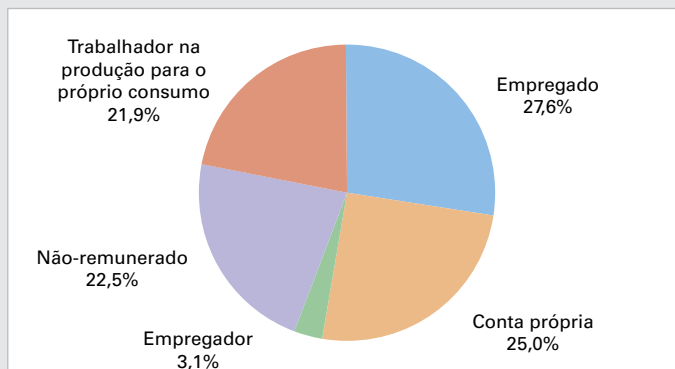
De 2004 para 2005, nenhuma categoria de posição na ocupação apresentou variação negativa, embora os aumentos nos números de trabalhadores não-remunerados (0,5%) e por conta própria (1,4%) tenham sido insignificantes. As categorias que apresentaram as maiores taxas de crescimento foram as dos trabalhadores na produção para o próprio consumo (15,0%) e na construção para o próprio uso (23,0%). Ainda que o crescimento dessa última categoria tenha sido o mais alto, cabe lembrar que representava somente 0,1% da população ocupada e, também, que as mulheres eram maioria no contingente de trabalhadores na produção para o próprio consumo, enquanto os homens predominavam na dos trabalhadores na construção para o próprio consumo. O número de empregadores cresceu 5,9%, o dos empregados, 2,8% e o dos trabalhadores domésticos, 2,9%. O incremento no número de empregados decorreu da contribuição da categoria dos que tinham carteira de trabalho assinada, que apresentou a expressiva elevação de 5,3%, uma vez que o contingente dos militares e funcionários públicos teve retração, ainda que reduzida (1,4%), e o dos empregados sem registro apresentou variação positiva inexpressiva (0,1%). No que concerne aos trabalhadores domésticos, as suas duas categorias aumentaram, sendo que taxa de crescimento dos que tinham carteira de trabalho assinada foi mais alta (4,5%) do que a dos não-registrados (2,3%).

De 2004 para 2005, o número de pessoas em atividade agrícola apresentou variação positiva insignificante (0,5%). Nessa atividade, em contraposição ao acentuado crescimento do contingente dos trabalhadores na produção para o próprio consumo, três categorias tiveram variação negativa (de 5,9% na dos não-remunerados, 4,0% na dos conta própria e 1,2% na dos empregadores) e uma permaneceu estável. O aumento de 15,0% no número de trabalhadores na produção para o próprio consumo pode ter sido resultante, principalmente, da absorção de pessoas usualmente ocupadas em outras categorias da atividade agrícola que não puderam se inserir na produção para o mercado, em decorrência de fatores adversos que atingiram esse segmento da economia em 2005. Na categoria dos empregados em atividade agrícola, que teve variação positiva irrelevante (0,3%), a parcela do emprego registrado apresentou crescimento, ainda que pequeno (1,5%), e a dos sem carteira de trabalho assinada teve queda insignificante (0,2%).

Em 2005, a participação das pessoas em atividade agrícola na população ocupada situou-se em 20,5%, mostrando sentido de redução em relação à do ano anterior (21,0%). Como resultado do elevado incremento no número de trabalhadores na produção para o próprio consumo ocorrido de 2004 para 2005, a participação desta categoria na população ocupada no segmento agrícola subiu de 19,1% para 21,9%. Em contrapartida, a dos não-remunerados declinou de 24,0% para 22,5% e a dos trabalhadores por conta própria caiu de 26,2% para 25,0%. As participações dos empregados (27,6%) e empregadores (3,1%) permaneceram inalteradas.

De 2004 para 2005, a proporção de pessoas com carteira de trabalho assinada no contingente de empregados em atividade agrícola passou de 31,7% para 32,1%.

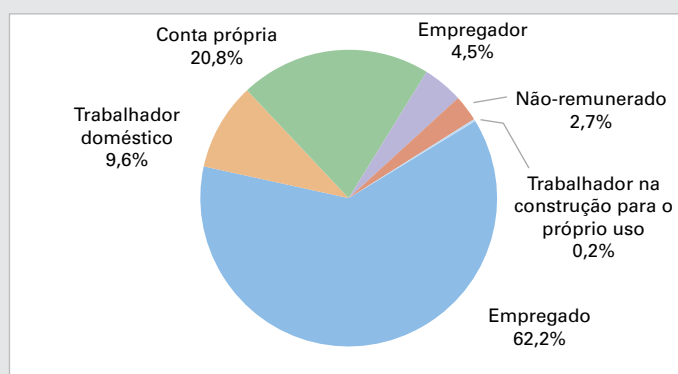
**Gráfico 11 - Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas em atividade agrícola no trabalho principal da semana de referência
Brasil - 2005**



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005.

O pessoal ocupado em atividade não-agrícola cresceu 3,6%, de 2004 para 2005, tendo havido aumentos significativos em todas as categorias de posição na ocupação, embora os mais elevados tenham ocorrido nas duas menos numerosas (trabalhadores na construção para o próprio uso e não-remunerados). Essas duas categorias de trabalhadores sem contrapartida de remuneração abrangiam, em conjunto, menos de 3% da população ocupada em atividade não-agrícola. De 2004 para 2005, o número de trabalhadores na construção para o próprio uso subiu 23,0%, como já havia sido mencionado, e o de não-remunerados, 17,3%. O número de empregados aumentou 3,0% e o dos trabalhadores domésticos, 2,9%. Em conjunto essas duas categorias representavam 71,8% da população ocupada em atividade não-agrícola em 2005. Os contingentes de trabalhadores por conta própria e de empregadores tiveram expansão, respectivamente, de 3,2% e 7,2%, de 2004 para 2005.

**Gráfico 12 - Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas em atividade não-agrícola no trabalho principal da semana de referência
Brasil - 2005**



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005.

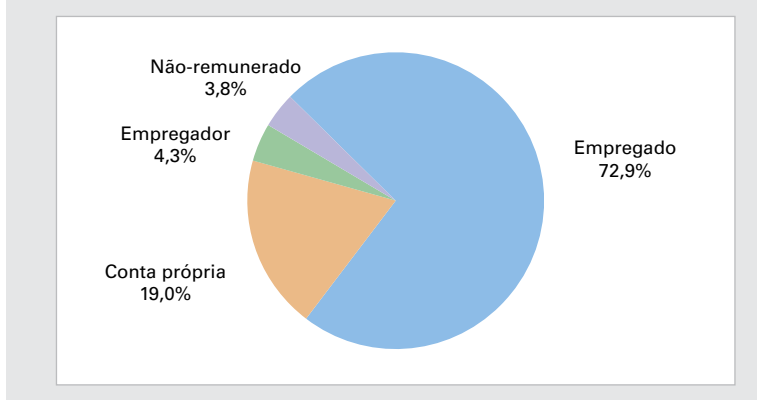
No contingente dos empregados em atividade não-agrícola, de 2004 para 2005, houve expressiva elevação no número de pessoas com carteira de trabalho assinada (5,5%), queda reduzida no dos militares e funcionários públicos estatutários (1,4%), enquanto o dos empregados não-registrados permaneceu estável (variação positiva de 0,2%).

De 2004 para 2005, na categoria dos militares e funcionários públicos estatutários (que constituía a menor parcela dos empregados) o número dos funcionários públicos federais apresentou crescimento de 3,9%. A parcela municipal teve variação insignificante (- 0,5%) e a da esfera estadual, redução de 3,5%. O aumento na parcela do funcionalismo federal elevou a sua participação na categoria dos militares e funcionários públicos estatutários de 10,7% para 11,3%, enquanto o estadual passou de 42,1% para 41,2% e o municipal, de 42,5% para 42,9%.

De 2004 para 2005, nos grupamentos de atividades não-agrícolas somente o dos outros serviços coletivos, sociais e pessoais apresentou queda expressiva (5,7%). Dentre os grupamentos que tiveram variação positiva, os aumentos mais acentuados foram nos do comércio e reparação (5,7%), da construção (5,3%), do alojamento e alimentação (5,3%) e da indústria de transformação (5,1%).

No grupamento da indústria de transformação, de 2004 para 2005, todas as categorias de posição na ocupação apresentaram crescimento, sendo que a dos trabalhadores por conta própria teve aumento acentuado (13,4%), o que também impulsionou a elevação no número de trabalhadores não-remunerados, que atingiu 70,2%. Os aumentos nos contingentes de empregadores (1,9%) e de empregados (1,3%) não foram altos. O incremento no número de empregados foi sustentado pela elevação de 2,4% na categoria dos com carteira de trabalho assinada, uma vez que a dos não-registrados teve redução de 2,6%. No contingente dos empregados, 78,8% tinham carteira de trabalho assinada e estavam fortemente concentrados em empreendimentos que não eram pequenos, onde se deu o crescimento desta categoria.

Gráfico 13 - Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na indústria de transformação no trabalho principal da semana de referência - Brasil - 2005

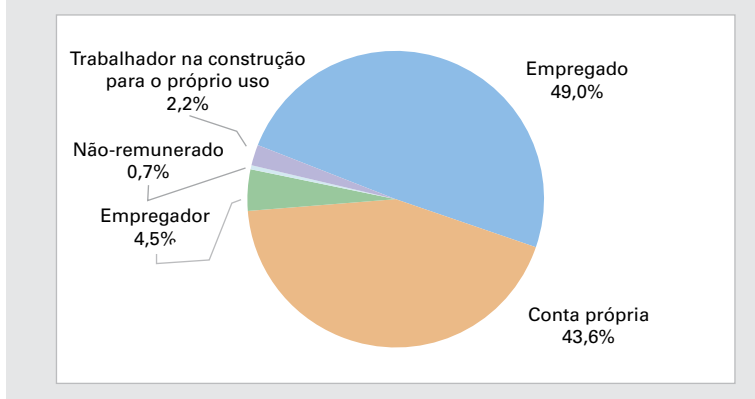


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005.

De 2004 para 2005, no grupamento da construção também houve aumento no contingente de empregados com carteira de trabalho assinada (5,0%), sinalizando o aquecimento do segmento das grandes construtoras, em que se concentrava esta categoria. Como não houve variação significativa (+ 0,7%) na categoria dos empregados não-registrados, o crescimento do total dos empregados situou-se em 2,7%.

O número de trabalhadores por conta própria aumentou em 7,3% e o de empregadores, em 12,3%. O aumento dessas duas categorias aponta para o aquecimento do segmento das pequenas obras e reparos, uma vez que a maior parcela dos empregadores também se concentrava em empreendimentos de pequeno porte. Em 2005, os trabalhadores por conta própria e os empregadores, em conjunto, representavam 48,1% da população ocupada na construção, enquanto os empregados abarcavam 49,0%. Os trabalhadores não-remunerados, que representavam a menor parcela da população ocupada nesse segmento da atividade econômica (0,7%, em 2005) foi a única que apresentou redução de 2004 para 2005.

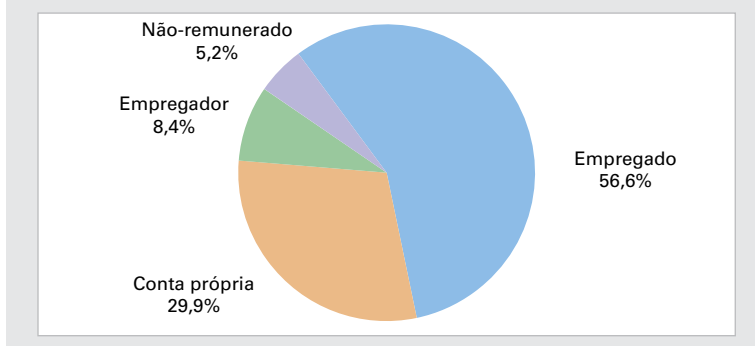
Gráfico 14 - Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na construção no trabalho principal da semana de referência - Brasil - 2005



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005.

De 2004 para 2005, no grupamento do comércio e reparação a única categoria que não cresceu foi a dos trabalhadores por conta própria (variação negativa de 0,2%), todas as demais tiveram aumentos expressivos. A taxa de crescimento mais alta foi a dos empregados (8,9%), que abrangiam 56,6% do pessoal ocupado no comércio e reparação em 2005. A sua maior parcela, constituída pelos empregados com carteira de trabalho assinada, apresentou elevado crescimento (11,7%), enquanto a dos empregados não-registrados subiu (3,9%).

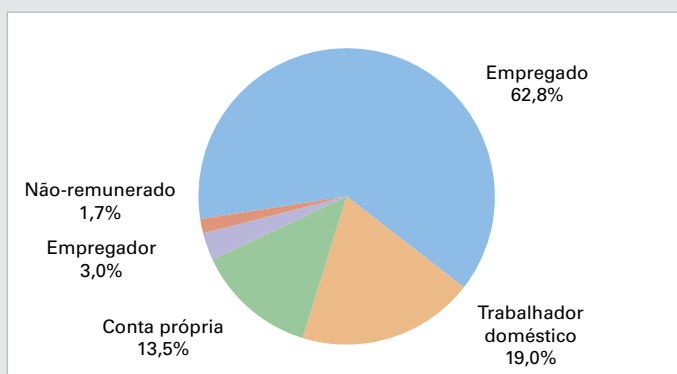
Gráfico 15 - Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas no comércio e reparação no trabalho principal da semana de referência - Brasil - 2005



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005.

O aumento de 2004 para 2005 no contingente ocupado no segmento dos serviços foi de 2,1%. O incremento de 1,9% no contingente dos empregados foi alcançado em decorrência do aumento de 5,0% na parcela dos empregados com carteira de trabalho assinada, uma vez que houve queda no contingente dos militares e funcionários públicos estatutários, e o dos empregados não-registrados teve variação insignificante de sentido negativo (0,5%). Enquanto o número de trabalhadores por conta própria ficou estável, os dos empregadores e não-remunerados aumentaram, ambos, em 9,8%.

Gráfico 16 - Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas nos serviços no trabalho principal da semana de referência - Brasil - 2005



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005.

A estrutura da atividade econômica é bastante distinta regionalmente, o que se reflete na população ocupada. Considerando as atividades econômicas agrupadas em cinco segmentos (agrícola, indústria, construção, comércio e reparação, e serviços) constatou-se que, em 2005, nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste o segmento formado pelas atividades dos serviços absorvia, respectivamente, 46,3% e 45,3% da população ocupada e, nas demais regiões, este percentual variou de 32,7% a 36,2%. No segmento da indústria foram constatados três níveis, ficando as participações das Regiões Sudeste (17,5%) e Sul (18,5%) no mais elevado, a da Região Norte em posição intermediária (14,9%) e as das Regiões Nordeste (9,7%) e Centro-Oeste (10,6%) no mais baixo. Já os percentuais de pessoas ocupadas no segmento agrícola variaram de 36,1%, na Região Nordeste, a 10,0%, na Sudeste, sendo que somente os percentuais das Regiões Norte (23,4%) e Sul (22,1%) ficaram próximos. Nos segmentos da construção e do comércio e reparação os percentuais das regiões ficaram menos afastados. No da construção situaram-se no intervalo de 5,4% a 7,2%, e no do comércio e reparação, de 15,8% a 19,5%.

De 2004 para 2005, o pessoal ocupado em atividade agrícola apresentou pequena queda na Região Sul (1,4%) e forte retração na Região Norte (16,5%). Nas demais regiões, as variações na população ocupada em atividade agrícola foram positivas. O contingente ocupado na indústria de transformação apresentou acentuada expansão na Região Norte (36,7%), também cresceu nas Regiões Nordeste (7,5%) e Sudeste (3,2%) e teve variação insignificante nas Regiões Sul (+0,7%) e Centro-Oeste (-0,8%). A população ocupada na construção apresentou queda de 2,5% na Região Centro-

Oeste, enquanto nas demais o sentido foi de aumento, sendo o da Região Sudeste o mais alto (7,3%). Em todas as regiões houve elevação no número de pessoas ocupadas no comércio e reparação, sendo que as maiores ocorreram nas Regiões Norte (6,8%) e Sudeste (6,5%) e o menor, na Sul (3,5%). O incremento na parcela ocupada nos serviços foi significativo nas Regiões Norte (4,3%) e Sudeste (2,8%) e irrelevante nas demais.

Tabela 15 - Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por Grandes Regiões, segundo os segmentos de atividade do trabalho principal - 2005

Segmentos de atividade do trabalho principal	Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Agrícola	20,5	23,4	36,1	10,0	22,1	17,6
Indústria	14,9	14,9	9,7	17,5	18,5	10,6
Indústria de transformação	14,1	14,0	9,0	16,7	17,9	9,8
Construção	6,5	6,7	5,4	7,2	6,0	7,0
Comércio e reparação	17,8	18,1	15,8	18,8	17,5	19,5
Serviços	40,1	36,2	32,7	46,3	35,8	45,3
Serviços domésticos	7,6	7,4	6,4	8,7	6,3	9,2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005.

(1) Inclusive as pessoas com atividade maldefinida ou não-declarada.

Evolução temporal

(indicadores de 2004 e 2005 harmonizados com a cobertura geográfica existente até 2003)

Considerando os resultados de 2004 e 2005 restritos à cobertura geográfica abrangida anteriormente pela pesquisa para análise da evolução temporal dos indicadores, verificou-se, com o acompanhamento do nível da ocupação a partir do início da década passada, que este indicador apresentou sensível redução de patamar em 1996. Com o aumento observado em 2005, o nível da ocupação desse ano superou todos os ocorridos de 1996 a 2004, mas ainda foi insuficiente para atingir o patamar existente na primeira metade da década de 1990.

Os níveis da ocupação dos dois gêneros apresentaram evoluções distintas. O acompanhamento a partir da década de 1990 mostrou que o nível da ocupação da população masculina manteve tendência de queda até 2003, com nítida retração em 1996. Esse indicador atingiu seu mínimo em 2003 (67,2%) e em 2005 (68,1%) ainda ficou abaixo dos ocorridos até 1998. No contingente feminino, o nível da ocupação que vinha em sentido de crescimento até 1995, também apresentou forte queda em 1996, mas já a partir de 1999 era perceptível a retomada da tendência de crescimento, sendo que o nível da ocupação em 2004 já estava nitidamente acima de todos os anteriores. Esses resultados são indicativos do forte impulso de ingresso feminino no mercado de trabalho, que já se mostrava acentuado na década de 1980.

Tabela 16 - Nível da ocupação, na semana de referência, das pessoas de 10 anos ou mais de idade, segundo o sexo - Brasil - 1992/2005

Sexo	Nível da ocupação, na semana de referência, das pessoas de 10 anos ou mais de idade (%)											
	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005
Total	57,5	57,3	57,6	55,1	55,4	54,8	55,1	54,8	55,7	55,4	56,3	56,8
Homens	72,4	71,9	71,3	69,0	69,2	68,3	67,9	67,4	67,8	67,2	67,9	68,1
Mulheres	43,4	43,5	44,6	41,9	42,5	42,0	43,0	43,1	44,4	44,4	45,5	46,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1992/2005.

Nota: Exclui-se as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

De 1995 para 2005, o nível da ocupação diminuiu sensivelmente nas faixas de idade abaixo de 25 anos e na de 60 anos ou mais. Nos grupos intermediários, o nível da ocupação de 2005 ainda ficou acima daquele de 1995, em função da parcela feminina. Em todos os faixas de idade, o nível da ocupação masculina em 2005 foi abaixo do referente a 1995. Na população feminina, em dez anos, este indicador aumentou nitidamente nas faixas de 20 a 59 anos de idade e caiu nos grupos etários abaixo de 20 anos e de 60 anos ou mais.

Tabela 17 - Nível da ocupação, na semana de referência, das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por sexo, segundo os grupos de idade - Brasil - 1995/2005

Grupos de idade	Nível da ocupação, na semana de referência, das pessoas de 10 anos ou mais de idade (%)					
	Total		Sexo			
			Homens		Mulheres	
	1995	2005	1995	2005	1995	2005
Total (1)	57,6	56,8	71,3	68,1	44,6	46,4
10 a 14 anos	18,7	10,3	24,1	13,6	13,0	6,9
15 a 17 anos	44,0	30,3	55,8	38,3	31,9	22,3
18 ou 19 anos	57,8	51,1	70,3	61,0	45,1	40,8
20 a 24 anos	68,3	66,5	83,1	78,8	53,7	54,2
25 a 29 anos	73,4	74,8	90,6	87,4	57,8	62,9
30 a 39 anos	77,1	78,4	92,8	91,1	62,5	66,7
40 a 49 anos	76,1	76,4	91,6	89,6	61,5	64,4
50 a 59 anos	63,2	64,4	81,3	79,2	47,0	51,2
60 anos ou mais	32,9	29,8	48,5	42,9	20,2	19,7

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1995/2005.

Nota: Exclui-se as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

(1) Inclusive as pessoas com idade ignorada.

A participação de cada segmento de atividade na absorção da população ocupada apresentou modificações importantes de 1995 para 2005. Enquanto o pessoal ocupado em atividade agrícola teve a sua participação reduzida, as dos ocupados no comércio e reparação e nos serviços aumentaram, tanto no contingente masculino como no feminino. Entretanto, os homens e as mulheres ainda mantiveram distribuições bastante distintas nos segmentos da atividade econômica.

Em dez anos, o segmento que apresentou maior modificação na sua composição por gênero foi o do comércio e reparação. Nesse segmento, as mulheres representavam 32,9% do pessoal ocupado, em 1995, e 38,3%, em 2005. A participação feminina na população ocupada passou de 2,4% para 2,6%, no segmento da construção, de 34,0% para 36,5%, no da indústria, de 56,0% para 57,1%, no dos serviços, e de 34,3% para 33,0%, no agrícola. Cabe destacar que, no grupamento dos serviços domésticos, inserido no segmento dos serviços, a parcela feminina representava 93,2%, em 1995, e 93,4%, em 2005.

Tabela 18 - Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo, segundo os segmentos de atividade do trabalho principal - 1995/2005

Segmentos de atividade do trabalho principal	Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência (%)					
	Total		Sexo			
			Homens		Mulheres	
	1995	2005	1995	2005	1995	2005
Total (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Agrícola	26,1	19,7	28,6	22,9	22,4	15,4
Indústria	14,8	14,9	16,3	16,3	12,6	12,8
Indústria de transformação	13,9	14,1	15,0	15,2	12,4	12,6
Construção	6,4	6,5	10,3	11,0	0,4	0,4
Comércio e reparação	15,7	18,0	17,5	19,3	13,0	16,4
Serviços	36,7	40,7	26,9	30,2	51,5	55,0
Serviços domésticos	7,4	7,7	0,8	0,9	17,2	17,1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1995/2005.

Nota: Exclusive as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

(1) Inclusive as pessoas com atividade maldefinida ou não-declarada

Também, existem diferenças marcantes entre as composições por posição na ocupação e categoria do emprego dos dois gêneros. O número de mulheres suplantava o dos homens nos contingentes dos trabalhadores na produção para o próprio consumo e não-remunerados e, especialmente, no dos trabalhadores domésticos. No grupo dos empregados, a parcela feminina era maioria na categoria dos militares e funcionários públicos estatutários. Em dez anos, a parcela feminina declinou nas categorias dos trabalhadores na produção para o próprio consumo e na construção para o próprio uso, não se alterou na dos trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada e, nas demais, ampliou a sua participação.

Tabela 19 - Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo, e percentual de mulheres na população de 10 anos ou mais de idade, ocupada na semana de referência, segundo a posição na ocupação e a categoria do emprego no trabalho principal - Brasil - 2005

Posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal	Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência (%)				Percentual de mulheres na população de 10 anos ou mais de idade, ocupada na semana de referência	
	Homens		Mulheres		1995	2005
	1995	2005	1995	2005		
Total (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	39,9	42,2
Empregado (2)	57,5	61,1	41,9	48,4	32,6	36,6
Com carteira de trabalho assinada	32,0	35,0	22,7	26,7	32,0	35,8
Militar e estatutário	5,0	4,8	9,1	8,6	54,6	56,6
Outro sem carteira de trabalho assinada	20,5	21,3	10,1	13,1	24,6	31,0
Trabalhador doméstico (2)	0,8	0,9	17,2	17,1	93,2	93,4
Com carteira de trabalho assinada	0,3	0,4	3,1	4,3	86,7	89,8
Sem carteira de trabalho assinada	0,5	0,5	14,2	12,8	94,7	94,7
Conta própria	26,5	25,2	16,6	16,3	29,4	32,1
Empregador	5,3	5,4	1,9	2,7	19,6	26,6
Não-remunerado	8,0	4,8	13,0	8,5	52,0	56,5
Trabalhador na produção para o próprio consumo	1,6	2,4	9,2	7,0	79,3	67,8
Trabalhador na construção para o próprio uso	0,3	0,2	0,1	0,0	14,5	13,7

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1995/2005.

Em termos de horas trabalhadas perduraram as diferenças marcantes entre os contingentes masculino e feminino. De 1995 para 2005, o percentual de pessoas que trabalhavam habitualmente menos de 40 horas semanais na população ocupada, passou de 45,0% para 42,8%, na parcela masculina, e de 16,2% para 18,6%, na feminina.

Trabalho infantil

Panorama recente

De 2004 para 2005, o contingente de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade ocupados passou de 11,8% para 12,2%. O nível da ocupação passou de 1,5% para 1,8%, no grupo etário de 5 a 9 anos, de 10,1% para 10,8%, no de 10 a 14 anos e de 31,1% para 30,8%, no de 15 a 17 anos de idade. O aumento de 10,3% no número de crianças ocupadas de 5 a 14 anos de idade foi influenciado pelo crescimento na categoria dos trabalhadores na produção para o próprio consumo, típica da atividade agrícola, e na dos não-remunerados, mais concentrada nessa atividade. Embora ambas as categorias tenham apresentado elevação significativa, o incremento na categoria dos trabalhadores na produção para o próprio consumo foi maior.

A concentração em atividade agrícola das crianças e adolescentes ocupados diminuía com aumento da idade, o mesmo ocorrendo com os trabalhos sem contrapartida de remuneração.

Em 2005, a atividade agrícola detinha 76,7% do contingente ocupado de 5 a 9 anos de idade, sendo que este percentual era de 58,7% na faixa etária de 10 a 14 anos e de 32,9% na de 15 a 17 anos. Esse último resultado ficou acima da proporção referente ao contingente de 18 anos ou mais de idade (19,1%).

As categorias dos trabalhadores sem contrapartida de remuneração abrangiam 91,3% das crianças de 5 a 9 anos de idade ocupadas em 2005 (64,4% como não-remunerados e 26,9% como trabalhadores na produção para o próprio consumo), 71,6% do grupo etário de 10 a 14 anos de idade (57,6% como não-remunerados, 13,6% como trabalhadores na produção para o próprio consumo e 0,4% como trabalhadores na construção para o próprio uso) e 33,0% do contingente de 15 a 17 anos de idade (27,3% como não-remunerados, 5,4% como trabalhadores na produção para o próprio consumo e 0,3% como trabalhadores na construção para o próprio uso).

O nível da ocupação do contingente masculino manteve-se mais elevado que o do feminino em todos os três grupos de idade. Em 2005, na faixa etária de 5 a 17 anos, o nível da ocupação masculina ficou em 15,6% e o da feminina, 8,6%.

O envolvimento de crianças e adolescentes em atividade econômica apresentou diferenças regionais importantes. A Região Sudeste foi a que deteve menor nível da ocupação das crianças e adolescentes (8,6%), vindo em seguida a Centro-Oeste (10,5%). Essas duas regiões foram as que apresentaram as menores proporções de pessoas de 5 anos ou mais de idade em atividade agrícola no total da população ocupada. Em todas as regiões, o nível da ocupação da parcela feminina foi menor que o da masculina.

Tabela 20 - Nível da ocupação na semana de referência das pessoas de 5 a 17 anos de idade, por Grandes Regiões, segundo o sexo e os grupos de idade - 2005

Sexo e grupos de idade	Nível da ocupação na semana de referência das pessoas de 5 a 17 anos de idade (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total	12,2	13,1	15,9	8,6	14,0	10,5
5 a 9 anos	1,8	2,4	3,2	0,6	2,1	0,6
10 a 14 anos	10,8	13,6	17,0	5,6	11,6	7,3
15 a 17 anos	30,8	32,8	34,4	25,5	37,3	31,2
Homens	15,6	17,6	21,1	10,6	17,2	13,5
5 a 9 anos	2,4	3,3	4,5	0,7	2,9	0,8
10 a 14 anos	14,3	18,7	22,6	7,1	15,2	9,8
15 a 17 anos	39,0	43,4	45,4	31,3	44,5	39,3
Mulheres	8,6	8,7	10,5	6,5	10,7	7,5
5 a 9 anos	1,1	1,4	1,9	0,4	1,3	0,4
10 a 14 anos	7,2	8,4	11,1	4,0	8,0	4,8
15 a 17 anos	22,6	22,7	23,3	19,4	30,0	23,1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005.

Evolução temporal

(indicadores de 2004 e 2005 harmonizados com a cobertura geográfica existente até 2003)

Considerando os resultados de 2004 com a mesma cobertura geográfica abrangida anteriormente pela pesquisa, verificou-se que o nível da ocupação do grupo de 5 a 17 anos de idade apresentou tendência de declínio no período de 1995 a 2005.

De 2001 para 2005, a participação da parcela ocupada na faixa etária de 5 a 9 anos passou de 1,8% para 1,6%, na de 10 a 14 anos, de 11,6% para 10,3%, e na de 15 a 17 anos, de 31,5% para 30,3%. Em 1995, esses indicadores estavam, respectivamente, em 3,2%, 18,7% e 44,0%.

Constatou-se, ainda, que o diferencial entre os gêneros foi mantido.

Tabela 21 - Nível da ocupação, na semana de referência, das pessoas de 5 a 17 anos de idade, por grupos de idade e sexo - Brasil - 1995/2005

Ano	Nível da ocupação na semana de referência das pessoas de 5 a 17 anos de idade (%)			
	Total	Grupos de idade		
		5 a 9 anos	10 a 14 anos	15 a 17 anos
		Total		
1995	18,7	3,2	18,7	44,0
2001	12,7	1,8	11,6	31,5
2005	11,8	1,6	10,3	30,3
		Homens		
1995	24,0	4,1	24,1	55,8
2001	16,4	2,6	15,3	39,9
2005	15,1	2,2	13,6	38,3
		Mulheres		
1995	13,3	2,3	13,0	31,9
2001	9,0	1,0	7,8	23,1
2005	8,4	1,0	6,9	22,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1995/2005.

Nota: Exclusive as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Sindicalização e cobertura previdenciária

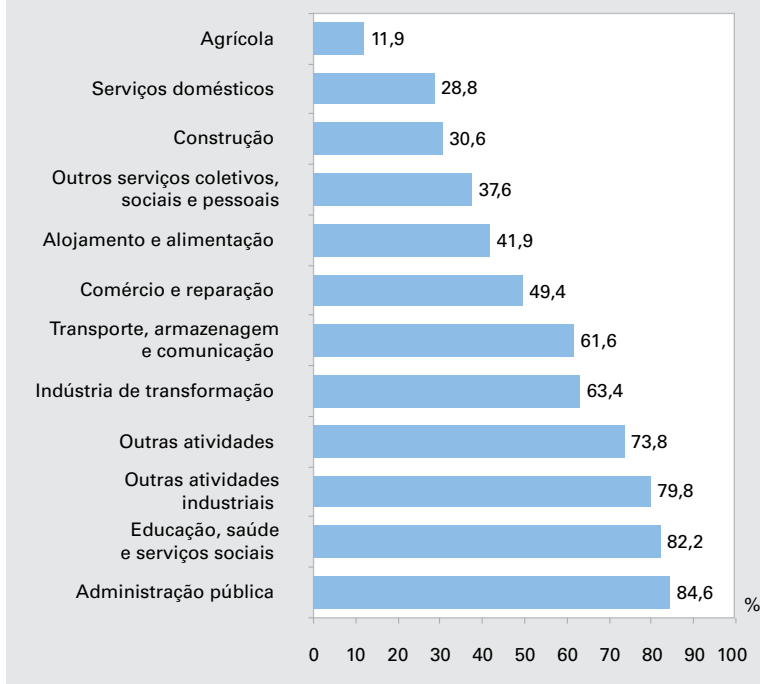
Panorama recente

De 2004 para 2005, o número de contribuintes de instituto de previdência no trabalho principal cresceu 4,9%. O incremento no emprego com carteira de trabalho assinada, que é a categoria que concentra a maior parcela dos contribuintes de instituto de previdência, contribuiu efetivamente para essa elevação. A proporção de contribuintes de instituto de previdência no trabalho principal no total da população ocupada passou de 46,3% para 47,2%, de 2004 para 2005. Este indicador aumentou tanto na população masculina como na feminina. O número de homens contribuintes de instituto de previdência no trabalho principal ascendeu em 4,5% e o de mulheres, em 5,4%.

Os grupamentos de atividade do trabalho principal que apresentaram as maiores proporções de contribuintes de instituto de previdência foram os da administração pública (84,6%) e da educação, saúde e serviços sociais (82,2%), enquanto os menores percentuais foram os agrícola (11,9%), dos serviços domésticos (28,8%) e da construção (30,6%).

Em 2005, a proporção de contribuintes de instituto de previdência em qualquer trabalho no total da população ocupada estava em 47,4%. Na população masculina este indicador situou-se em 48,1% e, na feminina, em 46,4%.

Gráfico 17 - Percentual de contribuintes de instituto de previdência no trabalho principal na população de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por grupamentos de atividade do trabalho principal - Brasil - 2005



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005.

A Região Sudeste, que concentrava o percentual mais alto de empregados registrados, foi a que apresentou a maior proporção de contribuintes de instituto de previdência em qualquer trabalho na população ocupada (58,8%). No outro extremo, o menor percentual foi o da Região Nordeste (28,7%), vindo em seguida o da Norte (33,6%).

O número de pessoas ocupadas sindicalizadas subiu 5,1%, de 2004 para 2005, passando o nível da sindicalização na população ocupada de 18,0% para 18,4%.

De 2004 para 2005, o aumento na população ocupada sindicalizada foi de 4,1% na parcela masculina e 6,7% na feminina. Em 2005, o nível da sindicalização do contingente ocupado masculino ficou em 19,2% e o do feminino, em 17,2%.

O nível da sindicalização foi maior no grupamento das outras atividades industriais (38,0%), vindo em seguida a da educação, saúde e serviços sociais (29,6%). No outro extremo, a proporção de pessoas sindicalizadas ficou em 1,7% no grupamento dos serviços domésticos e em 7,4%, no da construção.

A Região Sul deteve o maior percentual de pessoas sindicalizadas na população ocupada (23,0%). As menores proporções de sindicalizados foram as das Regiões Norte (14,8%) e Centro-Oeste (15,5%).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005.

Evolução temporal

(indicadores de 2004 e 2005 harmonizados com a cobertura geográfica existente até 2003)

Considerando os resultados de 2004 e 2005 referentes à cobertura geográfica abrangida pela PNAD até 2003, verificou-se que a proporção de contribuintes de instituto de previdência em qualquer trabalho na população ocupada em 2005 (48,0%) superou todas as ocorridas desde o início da década de 1990. Em 1995, esse indicador situava-se em 43,2% e atingiu 45,7% em 2001.

Em dez anos, houve sensível redução no distanciamento entre a proporção de contribuintes de instituto de previdência em qualquer trabalho na população ocupada masculina e a da feminina. De 1995 para 2005, este indicador passou de 45,5% para 48,8%, no contingente dos homens, e de 39,7% para 47,0%, no das mulheres.

O percentual de pessoas sindicalizadas na população ocupada em 2005 (18,3%) alcançou o seu nível mais elevado desde o princípio da década de 1990. Esse indicador estava em 16,2% em 1995, atingiu o valor mínimo desse período em 1998 (15,9%) e, a partir desse ano, passou a apresentar sentido de crescimento.

Situação dos rendimentos

Panorama recente

O rendimento real médio mensal de trabalho das pessoas ocupadas com rendimento de trabalho aumentou 4,6%, de 2004 para 2005. Na população ocupada masculina o acréscimo foi de 3,9% e na feminina, de 6,3%.

De 2004 para 2005, houve ganho real no rendimento médio mensal do trabalho de todas as categorias de posição na ocupação, sendo que o dos trabalhadores por conta própria teve crescimento que não foi expressivo (1,5%). A remuneração média real dos empregados subiu 4,7%, a dos trabalhadores domésticos, 5,3%, e a dos empregadores 3,3%. Em todas as categorias do emprego também houve aumento real. O rendimento médio real dos empregados com carteira de trabalho assinada cresceu 3,6%, o da categoria dos militares e estatutários, 5,7% e a dos empregados não-registrados, 6,6%. Entre os trabalhadores domésticos, o incremento real foi de 7,4% no rendimento da parcela com carteira de trabalho assinada e de 3,9% no da sem carteira de trabalho assinada.

Na distribuição das remunerações de trabalho, em todos os dez segmentos houve elevação real do rendimento médio, de 2004 para 2005. Entretanto, os ganhos na metade inferior da distribuição foram um pouco maiores. O ganho real de 9,9% no salário mínimo contribuiu para a alta nos dois segmentos em que se distribuía e, especialmente, no que mais o concentrava, que apresentou o maior de todos os aumentos. Em decorrência desse comportamento, houve sentido de redução na concentração dos rendimentos, ainda que reduzido.

No caso da concentração do rendimento de todas as fontes e do domiciliar o comportamento foi semelhante.

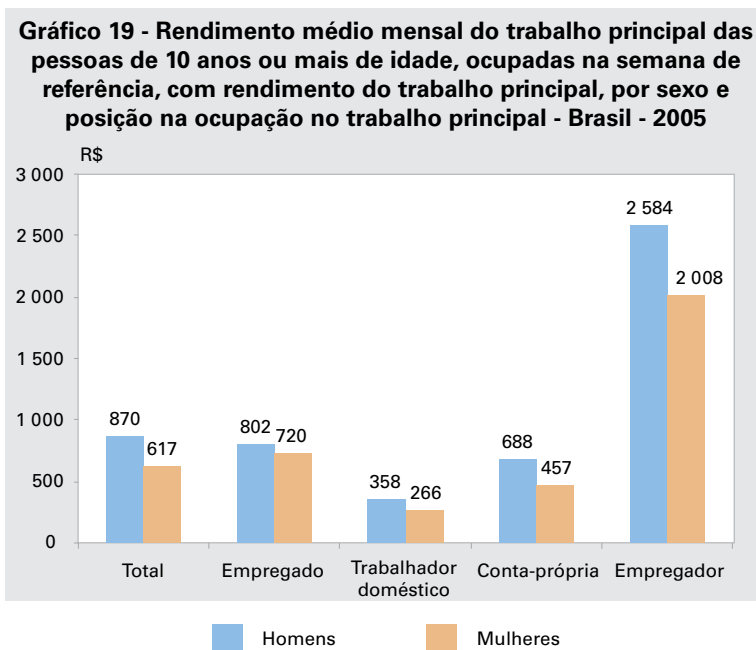
De 2004 para 2005, os 50% dos ocupados com as menores remunerações de trabalho tiveram ganho real de 6,6% e os 50% com os maiores rendimentos, de 4,1%.

O índice de Gini da distribuição do rendimento de trabalho de trabalho passou de 0,547 para 0,543, de 2004 para 2005.

Em 2005, do total dos rendimentos de trabalho, os 10% dos ocupados com os maiores remunerações detiveram 44,7%, enquanto os 10% dos ocupados com os menores rendimentos ficaram com 1,1%.

As distintas formas de inserção das populações feminina e masculina no mercado de trabalho, em termos de ocupação, atividade, posição na ocupação, categoria do emprego, horas trabalhadas, etc.) influenciam nitidamente o nível dos rendimentos destes dois contingentes.

Os rendimentos médios mensais de trabalho dos dois gêneros apresentaram sensível distanciamento. Esse rendimento das mulheres representava 71,2% do auferido pelos homens, em 2005, e estava em 69,5%, em 2004. A defasagem entre os rendimentos dos homens e mulheres foi diferenciada por posição na ocupação. O rendimento médio mensal do trabalho das mulheres representava 89,8% do auferido pelos homens, na categoria dos empregados, 77,7%, na dos empregadores, 74,3%, na dos trabalhadores domésticos, e 66,4%, na dos trabalhadores por conta própria.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005.

Em todas as regiões o rendimento médio mensal de trabalho teve aumento real de 2004 para 2005, ainda que o da Região Norte tenha sido insignificante (1,7%). Os maiores incrementos desse rendimento foram nas Regiões Sudeste (5,2%) e Centro-Oeste (5,3%).

Em 2005, esse rendimento na Região Norte foi o segundo mais baixo, situando-se substancialmente afastado tanto do menor, que foi o da Região Nordeste, como

dos referentes às demais. Em relação ao rendimento médio mensal de trabalho da Região Sudeste, que foi o maior, o da Nordeste representou 52,4%, o da Norte, 68,6%, o da Sul, 96,3% e o da Centro-Oeste, 99,6%.

No total de pessoas ocupadas, 30,5% ganhavam até 1 salário mínimo de rendimento de trabalho em 2005. Na Região Nordeste esse indicador alcançou 48,5%, superando os das demais regiões. O segundo maior percentual foi o da Região Norte (33,8%), que ainda ficou distanciado dos referentes aos das demais. A parcela que auferia até 1 salário mínimo de rendimento de trabalho da Região Sul (19,7%) foi a menor, vindo em seguida a do Sudeste (23,2%) e, depois, a da Centro-Oeste (27,2%). As pessoas que auferiam mais de 20 salários mínimos abrangiam 0,8% da população ocupada no País. Esse indicador variou de 0,3%, na Região Nordeste, a 1,3%, na Centro-Oeste.

O índice de Gini da distribuição dos rendimentos de trabalho mostrou que o grau de concentração desses rendimentos foi mais elevado nas Regiões Nordeste (0,557) e Centro-Oeste (0,551). Na demais, esse índice ficou em 0,490 na Região Norte, 0,507 na Sul e 0,526 na Sudeste.

O rendimento médio mensal dos domicílios com rendimento foi de R\$ 1 524,00 em 2005. O maior valor desse rendimento foi o da Região Sudeste e os menores, que foram os da Nordeste e da Norte, ficaram bastante afastados. Os rendimentos médios domiciliares dessas duas regiões representavam, respectivamente, 52,9% e 64,2% do referente à Região Sudeste.

Em termos do rendimento mensal domiciliar, que agrega as remunerações de todas as fontes de moradores na residência, a proporção de moradias com rendimento de até 1 salário mínimo ficou em 13,1% e a dos que estavam na faixa de mais de 20 salários mínimos, em 3,3%. Os maiores percentuais nessa última faixa foram os das Regiões Centro-Oeste (4,6%) e Sudeste (4,3%). Já na faixa com rendimento de até 1 salário mínimo, os mais baixos foram os das Regiões Sul (7,7%) e Sudeste (8,1%), bastante distanciado do mais elevado, referente à Região Nordeste (25,3%).

De 2004 para 2005, o índice de Gini da distribuição do rendimento domiciliar passou de 0,535 para 0,532. Em 2005, nas regiões, esse índice foi de 0,491 na Sul, 0,497 na Norte, 0,514 na Sudeste, 0,534 na Nordeste e 0,552 na Centro-Oeste.

Evolução temporal

(indicadores de 2004 e 2005 harmonizados com a cobertura geográfica existente até 2003)

A seguir, apresentam-se alguns indicativos de fatores que se refletiram na evolução dos rendimentos no período de 1995 a 2005, e considerando os resultados de 2004 e 2005 obtidos para a cobertura geográfica existente até 2003.

O Plano Real, instituído em julho de 1994, provocou, de imediato, queda brusca da inflação, propiciou a aceleração do crescimento econômico e a alta dos rendimentos. A indexação ainda mantida neste Plano, que só foi totalmente eliminada em junho de 1995, de certa forma protegeu as categorias de remunerações mais baixas. Os ganhos decorrentes deste período favorável de estabilidade

alcançaram a base da distribuição dos rendimentos em 1995, ocasionando retração no grau de concentração das remunerações. Em 1996, passada esta primeira fase do Plano Real, os ganhos reais nos rendimentos ajustaram-se a patamares menores em função da nova realidade de estabilidade da economia e, de uma maneira geral, cresceram de forma inversa ao valor dos rendimentos, reduzindo o grau de concentração das remunerações.

As duas crises, decorrentes de perturbações na ordem econômica internacional, ocorridas nos dois anos seguintes determinaram ajustes na política econômica do País. A primeira crise ocorreu após o período retratado pela pesquisa de 1997, enquanto a segunda foi deflagrada pouco antes da pesquisa de 1998, não sendo captado plenamente o agravamento que causou, uma vez que há uma defasagem entre a ocorrência de impacto na economia e as suas conseqüências no mercado de trabalho e nos rendimentos. As remunerações tiveram reduções pouco expressivas tanto em 1997 como em 1998 e o grau de concentração dos rendimentos, estabilizado em 1997, diminuiu em 1998, em função dos ganhos na metade inferior da distribuição dos rendimentos e pequenas perdas na outra metade, já começando a indicar o impacto recessivo. Os rendimentos atrelados ao salário mínimo, que teve ganho real, foram um dos fatores que ajudaram a sustentar o aumento na metade inferior da distribuição dos remunerações.

Em 1999 começaram a surgir indícios de recuperação na economia, mas houve aumento da inflação que vinha em ritmo de declínio desde a implantação do Plano Real, causando pequena perda real no valor do salário mínimo. Além deste fato, as conseqüências do período recessivo causaram perdas reais nos rendimentos. Em 1999, os rendimentos tiveram substancial redução, que atingiu com intensidade um pouco maior as remunerações mais altas. A participação no total das remunerações retirada do segmento do topo distribuiu-se entre os demais, reduzindo o grau de concentração dos rendimentos.

Em 2000 firmou-se o processo de recuperação que foi revertido em 2001, ano em que o racionamento de energia e o crescimento das taxas de juros contribuíram para a desaceleração da economia e a inflação continuou em elevação. Estes fatores causaram, em 2001, perda real, ainda que relativamente pequena nos rendimentos, mantendo a tendência de queda iniciada em 1997. Em valores reais, o salário mínimo de 2001 superou em 15,3% o de 1999, o que contribuiu decisivamente para o pequeno ganho real observado na metade inferior da distribuição das remunerações, pois a faixa que mais concentrava este rendimento apresentou elevada alta. Na metade superior da distribuição dos rendimentos o sentido foi de redução, que no todo foi pequena, em função da última faixa ter apresentado redução irrelevante, o que implicou em estabilidade no nível da concentração dos rendimentos.

Em 2002, os ajustes feitos em função da crise energética ocorrida no ano anterior ainda se refletiram na economia e a recuperação que começava a se delinear foi afetada pela turbulência na ordem econômica interna desencadeada no período eleitoral. Como conseqüência, a perda real nas remunerações foi mais evidente que a constatada no ano anterior, sinalizando a continuação da tendência de queda. Ainda que pequeno, o ganho real que o salário mínimo de 2002 apre-

sentou em relação ao do ano anterior ajudou a atenuar as perdas nos segmentos que continham este rendimento. Na distribuição dos rendimentos, a perda na sua metade superior foi um pouco maior que na inferior, o que fez com que a concentração das remunerações de trabalho apresentasse pequena redução.

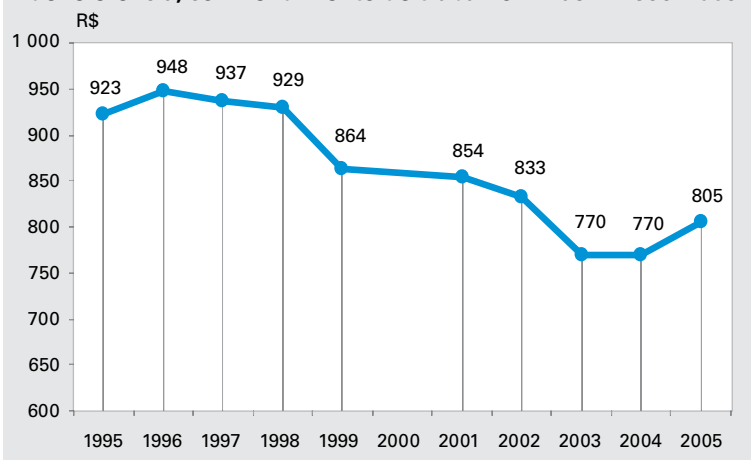
Os ajustes na política econômica, iniciados ao final de 2002, definindo a elevação das taxas de juros, contribuíram para a desaceleração na economia em 2003, que foi acompanhada pelo crescimento da inflação. Em decorrência, intensificou-se a perda real nos rendimentos em 2003, mantendo a tendência declinante iniciada em 1997. Na distribuição dos rendimentos de trabalho, somente um segmento, o terceiro menor, não apresentou perda real. O ganho real de 2,1% que o salário mínimo teve em relação ao do ano anterior sustentou a variação positiva, ainda que pequena, no segmento em que mais se concentrava e contribuiu para reduzir a perda no seguinte, que ainda detinha parte desse rendimento. Na primeira metade da distribuição, as perdas foram menores que na segunda, o que resultou em redução na concentração dos rendimentos de trabalho. Esse mesmo comportamento foi verificado para o rendimento de todas as fontes.

A política de redução das taxas de juros que começou a ser aplicada no terceiro trimestre de 2003, contribuiu para impulsionar a atividade econômica em 2004, constatando-se, ainda, retração no nível da inflação. O efeito nas remunerações foi de estabilidade em relação às do ano anterior, sustando a trajetória descendente iniciada em 1997. Na distribuição das remunerações de trabalho, o último segmento, que detinha os rendimentos mais altos, apresentou perda real e o imediatamente anterior não variou, enquanto os ganhos reais mais expressivos ocorreram nos segmentos da metade inferior dessa distribuição. Embora o salário mínimo tenha apresentado ganho real de 2,2%, não foi o fator que mais influenciou na elevação na metade inferior da distribuição, uma vez que os maiores aumentos não ocorreram nos dois segmentos em que se encontrava o salário mínimo. O primeiro e o quinto segmentos dessa metade inferior da distribuição foram os que apresentaram os ganhos mais expressivos. Em decorrência dessas variações na distribuição, houve retração na concentração das remunerações de trabalho. Esse mesmo comportamento ocorreu para o rendimento de todas as fontes.

Em 2005, o nível da inflação foi mais baixo que o do ano anterior e houve crescimento em segmentos importantes da economia, embora alguns fatores adversos tenham afetado o setor da agroindústria. Na distribuição das remunerações de trabalho, constatou-se crescimento real em todos os segmentos. Um fator que influenciou positivamente na elevação dos rendimentos na faixa da metade inferior das distribuições dos rendimentos de todas as fontes e de trabalho foi o aumento real de 9,9% no salário mínimo. O aumento um pouco maior na metade inferior das distribuições provocou pequena queda na concentração das remunerações. Esse último resultado contribuiu para a continuação da lenta tendência de declínio na concentração dos rendimentos.

Embora a remuneração média real das pessoas com rendimento de trabalho, em 2005, tenha apresentado ganho real em relação à do ano anterior, ainda teve perda real de 15,1% em relação a esse rendimento de 1996, ano em que alcançou seu ponto máximo desde o início da década de 1990.

Gráfico 20 - Rendimento médio mensal real de todos os trabalhos das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho - Brasil - 1995/2005



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1995/2005.

Notas: 1. Exclusivo o rendimento das pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

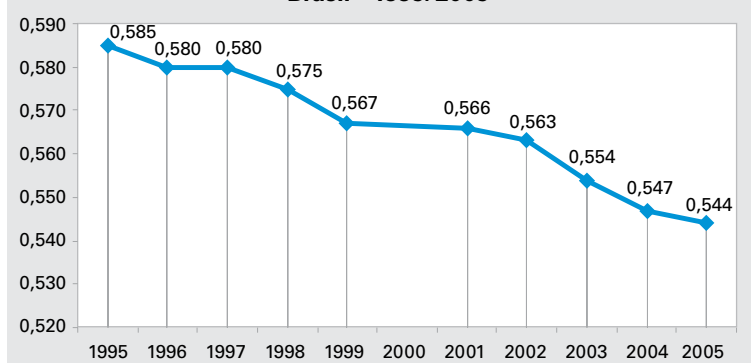
2. Valores inflacionados pelo INPC com base em setembro de 2005.

3. Valor de 2000 obtido por interpolação linear.

Do total das remunerações de trabalho, os 10% dos ocupados com os maiores rendimentos detiveram 47,1%, em 1995, e 44,7%, em 2005, enquanto os 10% dos ocupados com os menores rendimentos ficaram com 1,0%, em 1995, e 1,1%, em 2005.

No período de 1995 a 2005, o índice de Gini da distribuição dos rendimentos de trabalho apresentou tendência de declínio. Esse indicador estava em 0,585, em 1995, e atingiu 0,566, em 2001, e passou para 0,544, em 2005, o mais baixo resultado desde 1981. Em dez anos, esse indicador apresentou queda de 7,0%.

Gráfico 21 - Índice de Gini da distribuição do rendimento mensal de todos os trabalhos das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho Brasil - 1995/2005



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1995/2005.

Notas: 1. Exclusivo o rendimento das pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

2. Valor de 2000 obtido por interpolação linear.

Em 1995, o rendimento médio das mulheres com remuneração de trabalho representava 62,6% do recebido pelos homens, alcançou 69,3% em 2001, e ficou em 70,8% em 2005.